

Militância do bem: influenciador é preso por apagar pichação em universidade

CAPPELLI - PÁGINA 2

OAB-RJ PROMOVE SEMINÁRIO COM MINISTROS DO STJ

BRUNO MIRANDELLA/OAB-RJ



O presidente do STJ, ministro Luis Felipe Salomão, falou sobre o aprimoramento do funcionamento da corte

A OAB-RJ reuniu nesta terça-feira ministros do Superior Tribunal de Justiça para discutir as novas regras do recurso especial e o filtro da relevância. O presidente do STJ, Luis Felipe Salomão, destacou a necessidade

de racionalizar o volume de processos e afirmou que o novo mecanismo busca preservar o acesso à Justiça. Cerca de 500 pessoas acompanharam o seminário na sede da entidade, no Rio.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Nunes Marques pede a Fachin que coloque um ponto final na crise

A briga entre os ministros André Mendonça e Alexandre de Moraes perdura desde o dia 1º de setembro e transbordou para a campanha eleitoral. O presidente do TSE, Kassio Nunes

Marques, já entrou na confusão. Ele pediu ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, que coloque um ponto final na crise antes das eleições do próximo domingo.

TALES FARIA - PÁGINA 4

CSN reduz produção de minério após alta no custo do frete

Medida afeta a operação da companhia no complexo de Pires, em Ouro Preto (MG), e também altera as projeções para o ano. Estimativa de produção e compra de minério de terceiros ficará entre 39 e 41 milhões de toneladas.

PÁGINA 13

CBF terá gramados sintéticos em Centros de Desenvolvimento

PÁGINA 15

Ministério Público cobra ao Jaé mais transparência

Após inúmeras denúncias, a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Consumidor entrou com ação para obrigar ao Jaé a informar aos passageiros, no momento do embarque, o valor debitado e o saldo disponível no cartão.

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 5

Estados Unidos cancelam vistos de autoridades latinas

PÁGINA 14

Disputa no STF sobre Nossa Senhora gera insegurança

Na reta final, decisões desencontradas de ministros prejudicam as eleições

O presidente do TSE decidiu na noite de ontem remeter ao plenário virtual do tribunal as decisões a respeito das postagens sobre Nossa Senhora Aparecida. A briga

entre os ministros do STF sobre o tema, com um revendo decisão tomada anteriormente por outro leva insegurança jurídica às vésperas do primeiro turno das eleições.

PÁGINA 6

MOLICA

CASO GAROTINHO
EMBOLA A ELEIÇÃO
FLUMINENSE

PÁGINA 4

BARROS MIRANDA

PRIMEIRA FEIRA
AGROPECUÁRIA DE
MARICÁ É UM SUCESSO

GENTE VIP - PÁGINA 16

NIL CANINÉ/DIVULGAÇÃO



O suicídio posto à mesa

Na cozinha de casa a filha anuncia à mãe que vai se matar. Neste ponto tem início uma dura conversa sobre o direito de decidir a própria morte — e a impotência de quem ama e não pode impedir. A premiada peça 'Boa Noite, Mãe', da estadunidense Marsha Norman, está em cartaz no Teatro Poeira com Ana Beatriz Nogueira e Andréia Horta. Página 2



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Wilker Leão relata bastidores de prisão na UnB e declara voto em Flávio Bolsonaro

Influenciador e candidato a deputado federal pelo partido Novo no DF, Wilker Leão foi preso após pintar de branco paredes do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB). Ex-aluno da instituição, ele afirma que a ação fazia parte de um ato de campanha para “revitalizar” o espaço e apagar pichações e grafites que considerava ideológicos ou ofensivos.

Em entrevista ao **Correio da Manhã**, Wilker relatou os bastidores da detenção, as condições da cela e a prisão de seu videomaker. Também falou sobre as críticas que fez no passado ao governo de Jair Bolsonaro e declarou, pela primeira vez, que votará em Flávio Bolsonaro, e não em Romeu Zema, no primeiro turno da eleição presidencial.

O que aconteceu na UnB e como eram as pichações e os grafites que o senhor decidiu pintar de branco?

Estou em campanha eleitoral, sou candidato a deputado federal pelo Distrito Federal e estou fazendo diversos atos de campanha, principalmente na UnB, pois essa é a minha principal pauta: libertar a educação brasileira das garras ideológicas da esquerda, principalmente as universidades federais. Eu sou ex-aluno da instituição, fui expulso de lá por perseguição.

Quando fui fazer um ato na UnB para revitalizar o patrimônio, a gente foi ao Instituto de Artes, que é o prédio mais pichado que eu já vi na minha vida. A ideia era mostrar o que acontece ali e futuramente revitalizar. A universidade chegou a pintar o prédio de branco antes do nosso ato, mas, em coisa de três dias, os alunos picharam tudo novamente. Então, a gente foi lá fazer esse trabalho de revitalização, pintando de branco aquilo que estava pichado e que a gente considerava ideológico.

A maioria, eu diria coisa de 75% para mais, eram pichações, escritos de palavras de ordem, de esquerda contra a direita, doutrinação ideológica para o esquerdismo. Che Guevara, alusões diversas a Che Guevara, “o comunismo salva”, “faísca revolucionária está aqui”.

Entre os grafites, o simbólico, que foi o primeiro que eu pinte de branco, foi a imagem de Jesus Cristo sendo beijado por Satanás, numa completa manifestação de intolerância religiosa ao cristianismo. Imagina se fosse uma pichação fazendo uma alusão negativa a religiões de matriz



Candidato a deputado, Wilker Leão concedeu entrevista exclusiva ao Correio da Manhã

africana. Seria intolerância religiosa na certa, daria denúncia do Ministério Público, diversos processos.

Quando há um símbolo LGBT que não está fazendo uma afronta a alguma pessoa, por que não deixá-lo ali?

Haveria a possibilidade disso acontecer se, por exemplo, a gente tivesse, como não temos porque é estigmatizado como machismo, um movimento de homens e mulheres conservadores e tradicionais. Digamos que eles tenham uma bandeira e estivesse ali. Não haveria essa possibilidade de ter.

Inclusive, há muito disso ali. Alusões a tudo ser machismo. “O machismo oprime”, não sei o quê. O que é o machismo? Deveria ser algo que retirasse o direito de populações LGBT, o direito legítimo de mulheres serem livres e exercerem essa sua liberdade, esses seus direitos.

Isso deveria ser o machismo. Mas o que é o machismo, tal como é o fascismo para eles? Tudo aquilo que discorda do que eles acreditam.

Esse é o problema. Quando eles picham e pintam, grafitam coisas do movimento LGBT, eles não querem simplesmente manifestar a sua liberdade de serem lésbicas, gays e por aí vai. Eles querem transmitir essa mensagem. E aí está o problema.

Porque hoje a gente tem uma imposição que não permite que você seja contra trans no banheiro feminino. Você não pode nem ser contra, senão você é transfóbico.

Então, eu quero dizer isso: não

vai ter nenhuma bandeira LGBT ali porque a gente sabe muito bem, no final das contas, o que ela quer transmitir lá, que são essas proibições a todo mundo que pensa diferente, os enquadrando como machistas e por aí vai.

Como foi a prisão do seu videomaker?

O delegado determinou a prisão também, nos mesmos termos, do meu videomaker, que é um profissional contratado para ser videomaker. Ele não estava pintando, não tocou em tinta alguma. E a gente tem a gravação de tudo isso.

É como se você, Paulo, estivesse aqui fazendo entrevista comigo e começasse a ter uma opinião criminosa, que ultrapassasse o seu direito à liberdade de expressão, e o Pedro Freire, que está aqui na câmera, na edição, fosse preso pelo crime que você eventualmente cometesse. Foi isso que aconteceu ali.

A individualização da pena é um dos princípios do direito penal. Tudo é avaliado individualmente, com base na conduta de cada um. O delegado prendeu o meu videomaker com base no crime de dano ao patrimônio público. Considerando que eu revitalizar a parede pintando de branco seja crime — vamos partir desse pressuposto, do qual eu discordo —, como que o meu videomaker incorre no mesmo crime? Como que ele é coautor? Ele foi enquadrado como coautor. Ficou preso comigo durante 25 horas e meia, um dia e pouco que a gente ficou lá.

Como eram as condições da cela em que vocês ficaram?

A cela é dividida em três espaços, basicamente. Tem a parte inicial ali, os corredores intermediários, que dão para a cela final, onde tem os colchões, tem o sanitário, que é basicamente um buraco no chão. Tem a famosa janelinha quadrada, onde você vê o sol nascer quadrado. É tão pouco espaço que não dá nem para ver o sol nascer.

Até então, inclusive a gente que está do lado da direita, a gente não quer que tenha conforto nesses lugares. E eu acho legítimo e ok que seja assim. Tem que ter o mínimo de dignidade humana, óbvio. E esse é o problema, principalmente para a gente que não era criminoso ali. Qual que era o meu crime? Pintar uma parede branca? Eu matei alguém? Eu cometi graves crimes? Fui violento? Prejudiquei famílias? Não. Eu pinte uma parede branca.

Tinha comida podre lá, barata para tudo que é canto, larva nos colchões, os cobertores, tudo com larva passando, barata, os colchões podres. A gente preferiu afastar o colchão e sentar no concreto do que sentar naquele colchão ali.

O senhor é candidato pelo Novo, que tem Zema como candidato à Presidência. Qual é a sua posição na eleição presidencial?

A direita sofre de um problema hoje, que é cada um fazer o seu trabalho e não nos ajudarmos. Eu mesmo fico muito isolado, porque sempre tive essa postura. Sempre dentro da direita, nunca tive essa aproximação por brigar com a hegemonia da direita, que ainda hoje é o bolsonarismo. Ao invés de nós unirmos forças para combater o verdadeiro inimigo e dirimirmos nos bastidores as nossas controvérsias.

E eu vou aproveitar essa oportunidade para falar pela primeira vez que, no primeiro turno, meu voto é Flávio Bolsonaro. Porque não tem condição de a gente apostar no Zema, que eu gosto muito, que fez um maravilhoso mandato ali no governo de Minas, ajeitando tudo, colocando as contas públicas no lugar, mas que infelizmente hoje não tem viabilidade eleitoral.

A gente precisa dar a possibilidade para a direita, que hoje é representada pelo Flávio Bolsonaro, de vencer no primeiro turno. Então, a gente precisa se unir. E eu vou fazer a minha parte votando no Flávio já no primeiro turno.



O presidente do STJ, ministro Luís Felipe Salomão, durante o evento



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

  
@columamagnavita

OAB-RJ promove seminário com ministros do STJ sobre novas regras de recurso especial e filtro de relevância

A OAB-RJ realizou nesta terça-feira (29) o seminário ‘O filtro da relevância e o novo recurso especial’, com a participação dos ministros do Superior Tribunal Justiça (STJ) Luis

Felipe Salomão – presidente da corte – e Marco Aurélio Bellize, além do ministro aposentado Antonio Saldanha. Foram debatidos aspectos normativos, procedimentais e práticos

do novo modelo de recurso especial. Cerca de 500 pessoas acompanharam o evento na sede da OAB-RJ, que contou com a presença da presidente Ana Tereza Basilio.

FOTOS BRUNO MIRANDELLA/OAB-RJ



Presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, no seminário



Seminário com ministros do STJ foi realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ) nesta terça-feira



O presidente do STJ, Luis Felipe Salomão, recebe moção de aplauso das mãos da presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, e do ex-presidente da entidade, Luciano Bandeira. À direita, o ministro aposentado do STJ Antonio Saldanha



A presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Rita Cortez



O tesoureiro da OAB-RJ, Fábio Nogueira, e a vice-presidente da Seccional, Sylvia Drumond, entregam moção de aplauso ao ministro do STJ, Marco Aurélio Bellize, ao lado da presidente Ana Tereza Basilio



Ana Tereza entregando moção de aplauso ao ministro aposentado do STJ, Antonio Saldanha Palheiro, ao lado de Eurico Teles, que representou o Conselho Federal da OAB, e de Rita Cortez, presidente do IAB



Leonardo Sica, presidente da Seccional São Paulo da OAB (OAB-SP)



Salomão falou sobre o plano de gestão preparado pelo STJ para aprimorar o funcionamento da corte



Cerca de 500 pessoas acompanharam as palestras dos ministros do STJ, na sede da OAB-RJ



Sergio Zveiter, ex-presidente da OAB-RJ, durante o seminário na sede a entidade



Prestigiando o evento, o ex-presidente da OAB-RJ Luciano Bandeira



Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Bellize



Ministro aposentado do STJ, Antonio Saldanha Palheiro



O advogado Eurico Teles representou o Conselho Federal da OAB no encontro

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

A hora e a vez de Edson Fachin

É como aquela história do jogo de futebol na escolinha da pré-alfabetização. Estavam todos se divertindo até que dois meninos resolvem brigar. Ninguém faz nada de início, depois os amiguinhos entram na confusão e, por fim, até os pais dos garotos gritam, xingam palavrões, instauram a confusão. De repente, estão saindo no braço.

No final, a constatação é de que a escola não podia ter deixado chegar a este ponto. A diretora devia ter tomado alguma atitude. Mas não agiu a tempo e instaurou-se o caos. Da mesma forma agiu (ou não agiu) o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, na – digamos assim – escolinha dos seus ministros.

Dois deles começaram a brigar; os amigos mais entraram na confusão; quem era de direito pouco ou nada fez; e o caos se instaurou.

Vale lembrar. A atual crise começou em 1º de setembro, quando o ministro André Mendonça, relator do caso do Banco Master, retirou o sigilo de um relatório da Polícia Federal com conversas de Daniel Vercaro supostamente envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, com quem Mendonça já batera boca algumas vezes. Estavam a um mês e quatro dias das eleições.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, chegou a pedir a André Mendonça que declarasse nulo o relatório. Para ele, o ministro determinou a investigação sabendo que, entre as pessoas mencionadas, havia autoridades com foro por prerrogativa de função,

já que o nome de Moraes havia aparecido em informes policiais. Ao determinar o aprofundamento da apuração, Mendonça estaria impondo uma investigação, mas um ministro do STF não pode determinar investigações sobre outro integrante da Corte.

Alexandre de Moraes reagiu pedindo ao presidente do STF, Edson Fachin, que Mendonça seja investigado no Inquérito das Fake News por abuso de autoridade e improbidade. Alegou que a ação teve motivação político-eleitoral “a serviço de um grupo político que tentou dar um golpe neste país”.

Em 15 de setembro ocorreu a sessão do plenário para decidir se Moraes seria formalmente investigado. Gilmar Mendes pediu que Moares e Mendonça fossem julgados juntos, mas Fachin marcou o caso de Mendonça para depois, e a sessão sobre Moraes acabou suspensa por um pedido de vista do ministro Flávio Dino. Resultado: nada foi resolvido.

A confusão transbordou para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nos dias que antecedem uma das mais importantes eleições da história. O próprio presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, acabou sendo apontado como envolvido com o Banco Master.

Nunes Marques correu ao gabinete de Edson Fachin. Foi pedir que o problema seja estancado no Supremo, pois pode comprometer até mesmo as eleições. O primeiro turno é no próximo domingo e apenas três semanas depois teremos o segundo turno.

O presidente do TSE espera, assim como todos os outros ministros, que o conflito não perdure até o último dia das eleições. Chegou a hora de Edson Fachin, como presidente do STF, colocar um ponto final na crise.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

RJ: caso Garotinho embola eleição

A indefinição sobre a candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos) ao governo do Rio de Janeiro tem potencial de jogar no colo do Tribunal Superior Eleitoral a responsabilidade de decidir se haverá ou não segundo turno no estado. Isso, depois da realização da primeira rodada, no próximo domingo.

De acordo com a pesquisa Quaest divulgada ontem, Eduardo Paes (PSD) tem 34% das intenções de voto; Douglas Ruas (PL), 25%. A soma dos percentuais dos adversários do ex-prefeito carioca chega a 38%: como este resultado seria superior ao do líder, a peleja teria que ser decidida em um segundo turno (28% disseram que não irão votar ou não escolherão ninguém).

Mas os tais 38% incluem os 9% dos eleitores que, segundo a Quaest, preferem Garotinho. Caso esse percentual seja confirmado nas urnas e posteriormente anulado, Paes ficaria com 34% e, os adversários, somados, com 29%. Este resultado permitiria a proclamação imediata do vencedor.

Ontem, cinco dias antes da eleição, o Tribunal Regional Eleitoral negou, por unanimidade, um recurso apresentado por Garotinho — ele, porém, já anunciou que vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral.

Caso consiga autorização, ainda que provisória, para participar da disputa, seus votos serão computados e, na noite de domingo, adormecerão como fiel da balança da disputa. Do destino deles dependerá a realização de

uma rodada definitiva.

Caberia ao TSE a missão de decidir quase imediatamente — o segundo turno é no dia 25 — o que a Justiça Eleitoral enrolou por tanto tempo. Pior: este julgamento ocorreria sob pressão não apenas de Garotinho, mas dos dois candidatos à frente da disputa. O tribunal não decidiria apenas a validade de um quantitativo específico de votos, mas o próprio resultado da disputa.

Já é muito grave a possibilidade de, com o aval da própria Justiça, o eleitor perder seu voto. Mas é inconcebível a possibilidade de isto gerar um novo e grande problema em um processo eleitoral já tão conflagrado quanto o do Rio de Janeiro.

Uma confusão que tem responsabilidade direta da própria Justiça Eleitoral, que levou três anos, dois meses e 26 dias para concluir que a eleição do ex-governador Cláudio Castro (PL) havia sido irregular.

O injustificável atraso do Tribunal Regional Eleitoral e, depois, do TSE criou condições para a ascensão ao poder de um governador interino, o desembargador Ricardo Couto de Castro, que deve estar exausto de tanto se exercitar no poder.

A presença do nome e da foto de Garotinho na urna é, por si só, complicada caso, até domingo, seu impedimento seja confirmado pelo TSE. Qualquer voto que ele receba contribuirá para distorcer o resultado final; caso não houvesse a opção de digitar seu número, o eleitor procuraria outro candidato.

Mas uma eventual pendência sobre a validade dos votos complicará de vez a situação e abrirá caminhos para, no limite, uma contestação do próprio pleito.

EDITORIAL

O voto é um exercício da democracia

No Brasil, votar não é apenas uma exigência prevista em lei. É uma das formas mais diretas de participação do cidadão na vida pública. Embora o voto seja obrigatório para brasileiros alfabetizados entre 18 e 70 anos, essa obrigação não deveria ser encarada somente como um dever burocrático, sujeito a justificativa ou multa em caso de ausência. Ela pode ser compreendida como uma oportunidade de participar das decisões que definem os rumos do país.

A Constituição Federal estabelece que a soberania popular é exercida, entre outras formas, pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Isso significa que, a cada eleição, milhões de brasileiros têm a possibilidade de escolher seus representantes e participar da formação dos governos e dos parlamentos (legislativo).

É justamente por isso que o ato de votar merece atenção. A democracia não se resume ao dia da eleição, mas a votação é um de seus momentos fundamentais. O eleitor não precisa concordar com todos os candidatos ou propostas, mas pode conhecer as opções apresentadas, verificar informações, acompanhar o debate público e decidir de acordo com seu entendimento. A escolha consciente depende menos de entusiasmo e mais de informação.

Também é importante lembrar que a obrigatoriedade não alcança todos da mesma maneira. O voto é facultativo para pessoas de 16 e 17 anos, maiores de 70 anos e pessoas analfabetas. Essa distinção mostra que o sistema eleitoral combina o direito de participar com diferentes regras de obrigatoriedade, mas fazendo com que toda a população possa exercer o seu direito.

Em tempos de excesso de informações, desinformação e descrença nas instituições, a participação eleitoral ganha ainda mais relevância. Não votar pode parecer uma decisão individual sem maiores consequências, mas a soma das ausências também altera a composição do eleitorado que efetivamente participa da escolha dos representantes.

Votar, portanto, não precisa ser visto apenas como uma obrigação imposta pelo Estado. É também o exercício de um direito político conquistado e garantido constitucionalmente desde a Grécia Antiga, e que vem crescendo ao longo do tempo.

A urna não resolve, sozinha, os problemas do país. Mas é por meio dela que o cidadão participa de uma etapa essencial da democracia: a escolha de quem receberá, em seu nome, a responsabilidade de exercer o poder público.

OPINIÃO DO LEITOR

2027

Faltam menos de 100 dias para 2027: o ano está chegando ao fim e o tempo parece ter passado voando.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Promotora entrou com ação para mais transparência

Ministério Público cobra transparência ao Jaé

O Ministério Público está exigindo do Consórcio Bilhete Digital (CBD), responsável pela operação do Jaé, mais transparência na operação da bilhetagem da Prefeitura do Rio. Após inúmeras denúncias, a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Consumidor entrou com ação para obrigar a concessionária a informar aos passageiros, no momento do embarque em um transporte municipal, o valor debitado e o saldo disponível no cartão. Atualmente, segundo o MP, não há informações confirmadas se houve cobrança, qual foi o valor descontado e quanto resta de saldo. A Promotoria já considerou insuficiente a possibilidade de consulta pelo aplicativo e solicitou a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos materiais aos consumidores e por danos morais coletivo.

Caixa-preta

Mesmo longe de conquistar a confiança da população carioca, o Consórcio Bilhete Digital continua com o prestígio em alta na Prefeitura do Rio. Sem chamar a atenção, a empresa responsável pela bilhetagem eletrônica do transporte municipal conseguiu mais uma regalia da Secretaria Municipal de Transportes (SMTR).



Empresa conseguiu mais uma regalia da SMTR

‘Reequilíbrio do contrato’

Nos bastidores do poder municipal, o comentário é sobre um acordo fechado entre a Prefeitura do Rio e a concessionária para o reequilíbrio do contrato. Isso, somente um ano após o início da operação exclusiva do novo sistema na capital fluminense. Entretanto, os valores e as condições estabelecidas permanecem desconhecidas e mantidas sob sigilo. Cadê a transparência tão cobrada em passado recente pelo Executivo municipal?

Rio e Espírito Santo: Soluções Digitais

Os governos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para compartilhar soluções digitais voltadas à gestão de benefícios sociais. A parceria pioneira, articulada pela Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD) e pelo Proderj, contempla sistemas desenvolvidos pelo Espírito Santo, como o Cartão Reconstrução, o Bolsa Capixaba e o Vale Gás, e busca contribuir para a modernização da gestão pública e a melhoria dos serviços prestados à população fluminense.

Cancelamento

O Governo do Estado do Rio de Janeiro abriu o processo de cancelamento definitivo da Inscrição Estadual da Refit. A portaria foi publicada no Diário Oficial desta terça-feira (29). A empresa, conforme as informações apuradas, terá 30 dias úteis para recorrer. Se o recurso for negado pela Sefaz-RJ, o registro será cancelado de forma definitiva.

Débito tributário

Segundo a Receita Estadual, a Refit deixou de cumprir obrigações tributárias e reteve valores de ICMS recolhidos pelo regime de Substituição Tributária, sem repassá-los à Sefaz-RJ. A empresa também não teria recolhido o imposto devido no regime monofásico, apesar de possuir capacidade financeira para efetuar o pagamento.

Fiscalização ampliada

A medida faz parte das ações do Governo do Rio contra a sonegação e a concorrência desleal no setor de combustíveis. Entre maio e agosto, a arrecadação de ICMS sobre combustíveis cresceu 87%, passando de R\$ 1,57 bilhão para R\$ 2,94 bilhões. Cerca de 1.700 postos foram notificados e 20 distribuidoras tiveram inscrições impedidas.

Debate metropolitano

O Instituto Rio Metrópole realiza nesta quarta-feira, 30 de setembro, a segunda rodada dos Encontros Metropolitanos. O evento acontece no Auditório do Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras, a partir das 9h30, com debates sobre saneamento, mudanças climáticas e governança na Região Metropolitana do Rio.

Clima e saneamento

A programação terá início com um debate sobre o Plano de Metas para abastecimento de água e tratamento de esgoto na Região Metropolitana. Às 11h30, especialistas discutem os impactos das mudanças climáticas, com foco em resiliência, drenagem e resíduos, reunindo representantes de diferentes instituições e setores envolvidos.

Gestão integrada

No período da tarde, os debates serão dedicados à gestão e à governança metropolitana. Às 14h, a discussão abordará desafios políticos e jurídicos para a implementação da governança. Às 16h, o encontro tratará da retomada da governança metropolitana, reunindo gestores e representantes do setor em diferentes áreas da administração pública.



Lula hesita sobre faltar ou participar do debate

Lula tende a não ir a debate, mas ainda não bateu o martelo

Campanha do presidente está rachada sobre participação ou não

Por **Gabriela Gallo**

Faltando poucos dias para o primeiro turno das eleições gerais, marcado para este domingo (4), segue a incerteza se Luiz Inácio Lula da Silva (PT), participará ou não de um dos atos mais importantes desta reta final: o debate presidencial da Globo, agendado para esta quinta-feira (1º) por volta das 21h20.

Este será o último debate presidencial antes do primeiro turno. Além disso, ao contrário dos outros, o principal adversário de Lula na corrida eleitoral, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), confirmou presença, mesmo caso o petista não compareça. Além de Lula e Flávio Bolsonaro, foram convidados para participar do debate o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) e o escritor Augusto Cury (Avante). Uma decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, determinou que a Globo incluía também o candidato do Novo, Romeu Zema.

CAMPANHA RACHADA

Nos bastidores, parte da campanha de Lula defende que ele não compareça a debates eleitorais antes do primeiro turno para não ter sua

imagem e candidatura desgastada pelo embate com seus demais adversários, especialmente Flávio Bolsonaro. O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) Edinho Silva já declarou em entrevista à rádio TMC que Lula tem interesse em “confrontar os interesses dele para o Brasil com os interesses de Flávio”, mas que o modelo de debate promovido pela emissora não é interessante. “Se for um modelo de debate onde o presidente Lula faz uma pergunta e fica meia hora esperando para fazer a segunda, evidente que esse confronto de ideias [entre ele e Flávio] não vai acontecer”, disse Edinho.

Por outro lado, outra parte da campanha do petista, orienta que o presidente compareça ao debate para que ele esteja apto a responder ataques dos adversários e buscar atrair os eleitores indecisos ou que manifestaram que podem trocar de voto.

Ao Correio da Manhã, o doutor em estratégia de marketing e professor do Ibmec Brasília Bruno Saboya avaliou que a ausência de Lula “pode pegar mal, especialmente entre eleitores indecisos que valorizam a disposição do candidato para apresentar propostas e enfrentar questionamentos”.

Disputa no STF sobre Nossa Senhora gera insegurança às vésperas da eleição

Especialista alerta que decisões individuais em sentidos opostos criam confusão no pleito

Por **Beatriz Matos**

Quando a discussão sobre a possível abertura de uma investigação contra Alexandre de Moraes foi interrompida por um pedido de vista de Flávio Dino, o Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou uma pausa no embate público que havia exposto divergências entre seus ministros. A trégua, porém, durou pouco.

A menos de uma semana do primeiro turno, uma notícia falsa envolvendo Nossa Senhora Aparecida colocou integrantes da Corte novamente em lados opostos, desta vez em uma sequência de decisões individuais que avançou também sobre a relação entre o Supremo e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na noite desta terça-feira (29), o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, resolveu que levará o tema para o plenário do tribunal nesta quarta, em plenário virtual.

Em poucos dias, uma determinação de André Mendonça foi derrubada por Dino e, depois, a decisão de Dino teve seus efeitos suspensos por Luiz Fux.

O resultado foi um vai e vem jurídico sobre quais publicações deveriam permanecer nas redes sociais, mas a controvérsia rapidamente ultrapassou o conteúdo dos posts.

No centro do debate passaram a estar os limites para que o STF reveja decisões da Justiça Eleitoral, o alcance das decisões individuais dos ministros e até o caminho processual usado para provocar a Suprema Corte.

INSEGURANÇA

Para o advogado eleitoral Luiz Gustavo Cunha, a divergência entre integrantes de uma Corte não é, por si só, um problema institucional. A preocupação, neste caso, está na combinação entre decisões individuais contraditórias, o impacto imediato sobre a disputa presidencial e a proximidade da votação. Segundo ele, a sucessão de determinações em sentidos diferentes reduz a previsibilidade sobre qual comando deve prevalecer justamente em um momento no qual candidatos e plataformas precisam de respostas rápidas da Justiça.

“Divergências entre ministros são naturais em qualquer

tribunal colegiado. O que não é normal nem desejável é que uma questão de tamanha relevância, a poucos dias de uma eleição presidencial, seja submetida a uma sucessão de decisões individuais com efeitos contraditórios”, afirma Cunha.

INCÔMODO

O incômodo chegou formalmente à cúpula dos tribunais. O presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques encaminhou ao presidente do STF, Edson Fachin, um ofício no qual apontou episódios de “indevida sobreposição de competência” e possível violação do princípio do juiz natural. Segundo ele, permitir que petições apresentadas em processos já existentes no Supremo sejam usadas para contestar decisões eleitorais pode transformar ministros específicos em instâncias permanentes de revisão do TSE. Kassio chegou a alertar para o risco de “captura institucional” e pediu que Fachin estabeleça um filtro para a distribuição de pedidos urgentes relacionados às eleições.

A escalada começou com uma informação falsa que ganhou força nas redes sociais na reta final da campanha, a de que Flávio Bolsonaro (PL), caso eleito presidente, pretendia retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil. A narrativa recuperava um projeto apresentado por outro parlamentar há quase duas décadas e arquivado em 2008. Não há proposta de Flávio nesse sentido.

Na sexta-feira (25), André Mendonça, atuando como ministro do TSE, determinou a retirada de publicações relacionadas à narrativa. Ao analisar o caso, classificou como “notoriamente inverídica” a afirmação de que Flávio ou sua família pretendiam retirar o título da santa. A determinação alcançou as plataformas digitais, mas preservou expressamente críticas e opiniões.

Dois dias depois, o caso chegou a Dino por um caminho que se tornaria parte da própria controvérsia. O humorista Antonio Tabet, que tivera uma publicação removida, apresentou um pedido de extensão dos efeitos de uma reclamação que já tramitava no gabinete do ministro. O processo original tratava de outro episódio, um vídeo sobre a inelegibilidade



LUIZ SILVEIRA/STF

Fux reviu decisão de Dino, que tinha revisto decisão de Mendonça



ANTONIO AUGUSTO/TSE

Nunes Marques resolveu levar questão ao plenário do TSE

de Deltan Dallagnol que havia sido retirado por determinação da Justiça Eleitoral do Paraná.

Dino acolheu o pedido e cassou parte da decisão de Mendonça, permitindo o restabelecimento da postagem de Tabet e de outras publicações removidas pelo mesmo fundamento. Para o ministro, intervenções estatais sobre notícias e opiniões devem ser excepcionais e a liberdade de expressão exige proteção especialmente durante o período eleitoral.

A caneta mudou de mãos novamente na segunda-feira (28). Acionado pela defesa de Flávio Bolsonaro, Fux suspendeu todos os efeitos da decisão de Dino e restabeleceu as determinações da Justiça Eleitoral. O ministro também questionou o instrumento processual utilizado para levar o caso ao gabinete de Dino e sustentou que um pedido com objeto diferente deveria ter sido apresentado em nova reclamação e submetido à livre distribuição. As plataformas receberam prazo de 24 horas para voltar a cumprir as ordens do TSE.

A sequência de decisões

acabou colocando duas discussões diferentes sob a mesma controvérsia. De um lado, está a origem do caso: a atribuição a Flávio Bolsonaro de uma intenção política que não encontra respaldo nos fatos conhecidos. De outro, uma questão constitucional mais complexa: depois de identificada uma informação falsa, quais conteúdos podem ser retirados sem que a ordem alcance também críticas, sátiras, opiniões ou manifestações religiosas protegidas pela liberdade de expressão. Para Cunha, é justamente nessa segunda etapa que se concentra a divergência jurídica.

DISPUTA INSTITUCIONAL

“Não se trata simplesmente de crítica política contundente, sátira ou opinião desfavorável a um candidato. Criou-se uma afirmação objetiva sobre uma suposta intenção política do candidato e essa informação não correspondia aos fatos”, explica o especialista.

A dimensão alcançada pela narrativa ajuda a explicar a urgência das decisões. Levantamento da empresa Palver divulgado pela Folha de S.Paulo apontou que 37% das mensagens monitoradas sobre o assunto tratavam a informação como verdadeira. A defesa de Flávio afirmou posteriormente que conteúdos relacionados à controvérsia haviam ultrapassado 21 milhões de visualizações, número apresentado pela campanha e não por uma medição independente.

É justamente nesse ponto que, segundo Cunha, surge a parte mais delicada da discussão: identificar a falsidade não resolve automaticamente quais conteúdos podem ser removidos.

“O problema é mais sofis-

ticado: até onde pode ir uma ordem judicial destinada a impedir a propagação daquela falsidade sem alcançar, por excesso, manifestações legítimas de opinião, crítica, sátira ou expressão religiosa? É essa fronteira que precisa ser definida”, afirma.

STF OU TSE?

O embate também recolocou uma questão sensível para as duas Cortes. O TSE é o órgão de cúpula da Justiça Eleitoral, enquanto cabe ao STF a guarda da Constituição. Decisões eleitorais podem chegar ao Supremo em hipóteses específicas, mas a divergência atual está justamente no caminho utilizado para essa revisão e nos limites de intervenções individuais durante uma eleição.

“O Supremo não deve se transformar em uma instância revisora ordinária do TSE. Essa distinção é particularmente importante durante o processo eleitoral”, avalia Cunha.

A mesma preocupação aparece no documento encaminhado por Nunes Marques a Fachin. O presidente do TSE argumentou que o uso de processos já em tramitação para levar novas controvérsias diretamente a determinados ministros pode comprometer a previsibilidade das decisões e estimular a procura pela instância considerada mais favorável.

A questão ganha peso adicional porque o episódio ocorre poucos dias depois de o STF expor publicamente outra divisão interna. Na sessão sobre as mensagens atribuídas a Moraes e ao ex-banqueiro Daniel Vercaro, ministros divergiram sobre o rito das apurações até que Dino pediu vista e interrompeu a análise. Agora, antes mesmo de o Tribunal superar aquele impasse, outra controvérsia colocou novamente decisões individuais de seus integrantes em rota de colisão.

Para Cunha, o risco está menos na existência das divergências e mais na dificuldade de saber, em meio a decisões sucessivas, qual comando judicial prevalece.

“Se cada ministro apresenta uma solução individual diferente, cria-se uma segunda controvérsia sobreposta à primeira: além da desinformação eleitoral, passa a existir incerteza sobre qual decisão judicial deve ser cumprida”, afirma.



RICARDO STUCKERT / PR

Eventos do Círio de Nazaré começarão na próxima quarta-feira

Eleição acontece no Mês de Nossa Senhora

Depois de divulgada a nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) rebatendo a acusação feita pelo candidato do PL, Flávio Bolsonaro, de que a instituição estaria por trás da boataria que se espalhou de que ele iria retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil, a Igreja Católica fez várias reuniões. Não exatamente para discutir o impacto político da nota ou de toda essa polêmica. Mas porque tudo isso coincidiu com um momento crucial de organização de festividades religiosas no país. Outubro é o Mês de Nossa Senhora. Na próxima quarta-feira, dia 7 de outubro, começam as festividades do Círio de Nazaré, em Belém (PA), que avançam até o dia 26 de outubro. Serão 14 procissões a serem realizadas nesses dias. E o tema deste ano é “Maria, Missionária que nos dá Jesus”. Ou seja, algo muito na linha da discussão religiosa que se entranhou.

Mais de quatro milhões ao longo do mês

Ou seja, algo muito na linha da discussão religiosa que se entranhou na campanha eleitoral: evangélicos mostram-se contrários à idolatria à Nossa Senhora, mas não podem negar que ela é a mãe daquele que idolatram, Jesus Cristo. A estimativa da organização do Círio de Nazaré é de que mais de quatro milhões de fiéis se somem aos vários eventos que acontecerão. O principal deles é a Procissão do Círio, no dia 11 de outubro, com uma previsão de mais de 2 milhões nas ruas.

THIAGO LEON/SANTUÁRIO NACIONAL



Feriado de Nossa Senhora Aparecida cairá numa segunda-feira

Dia da Padroeira é 12 de outubro

Se a eleição passar para o segundo turno, o que parece o mais provável segundo as pesquisas, o Círio de Nazaré permeará todo o tempo de discussão política. O Círio acaba um dia depois do segundo turno, em 25 de outubro. No meio disso tudo, há o próprio dia de Nossa Senhora Aparecida, 12 de outubro, uma segunda-feira, feriado prolongado. Durante todo o ano passado, mais de 10 milhões de devotos foram ao Santuário de Nossa Aparecida, em Aparecida do Norte (SP), um número 15% maior do que o de 2024.

Triste uso como cabo eleitoral

Devoto de Nossa Senhora, representante da CNBB no Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o advogado e analista político Melillo Dinis lamenta ver a Padroeira do Brasil usada como cabo eleitoral da disputa presidencial, seja contra ou a favor. “É muito triste”, comenta. “A devoção à Nossa Senhora é muito forte no país e é muito mais do que um ciclo eleitoral”

Vale tudo

Para Melillo, a polarização e o acirradíssimo grau da disputa política estão fazendo com que se parta para um “vale tudo”, onde o que menos se discute são propostas para o país. “Qual é o projeto de educação dos candidatos? De saúde?”, questiona. “Isso muito pouco se discute, enquanto vai se gerando um quadro de divisão da sociedade”.

Semelhanças

Para Melillo, católicos e evangélicos têm mais pontos de semelhança do que de diferença. Até porque ambos os segmentos religiosos têm em torno de si a mesma figura central: Jesus Cristo. Ambos são cristãos e têm como livro que baliza as suas atitudes a mesma Bíblia, o Velho e o Novo Testamento. As diferenças estão em interpretações.

Tolerância

Nessa linha, começou a circular nas redes sociais um vídeo produzido pela CNBB que fala sobre tolerância religiosa. “A fé brasileira tem muitos ritos, muitos nomes, muitas expressões”, diz o vídeo. “Em um país tão grande e diverso, nenhuma crença precisa desaparecer para que outra possa florescer”. O vídeo não é novo.

Vaticano II

Mas, diante da polêmica atual, voltou a ser compartilhado por alguns. Segundo Melillo, no caso da Igreja Católica, uma questão determinada a partir do Concílio Vaticano II, iniciado por João XXIII e concluído por Paulo VI. A partir daí, a Igreja Católica começou a considerar mais uma relação de maior tolerância com os não cristãos.

Moral

Em torno de toda essa discussão, entra também uma discussão de julgamento moral, que de alguma forma se associa. Nesse sentido, repercutem histórias sobre Flávio, a partir de reportagem do site Platô com seu antigo sócio na loja de chocolates que tinha no Rio, Alexandre Santini. A reportagem fala de festas com garotas de programa.

Tiro no pé

“Isso pode gerar um abalo sobre Flávio, mas pode ser também um tiro no pé”, adverte Melillo. “Vai depender do grau de hipocrisia de quem julgue”. Para Melillo, pode tento gerar reação de quem exerce padrões morais muito rígidos quando levar em conta que Flávio, convertido, afirma num dos diálogos ter se arrependido.



Gilmar Mendes cobrou providências sobre os precatórios do Master

A partir do Master, aumenta fiscalização de precatórios

Em resposta a Gilmar Mendes, Fachin diz que estuda medidas no CNJ

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, informou, durante sessão na CNJ nesta terça-feira (29), que encaminhará para a Corregedoria Nacional de Justiça propostas para ampliar a fiscalização para a expedição e negociação do pagamento de precatórios – que são requisições determinados pelo Poder Judiciário para cobrar de um órgão público uma dívida em que não cabem mais recursos. Ao anunciar a medida, Fachin defendeu maior “segurança, transparência e rastreabilidade” no mercado de precatórios.

“Estamos construindo passo a passo uma verdadeira política nacional de tratamento adequado dos precatórios, apoiado em regulação, tecnologia, dados e transparência”, destacou o ministro.

Segundo Fachin, a CNJ trabalha para implementar novas tecnologias para ampliar a fiscalização e controles desses créditos. Dentre as alternativas citadas pelo ministro está a criação de uma calculadora que permitirá ao cidadão consultar o valor atualizado de seu precatório, além de um painel nacional

de dados e um portal voltado às cessões de créditos.

A manifestação do magistrado é uma resposta direta a uma cobrança do ministro do STF Gilmar Mendes. Na segunda-feira (28), o decano da Suprema Corte encaminhou para Edson Fachin e para o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, um ofício em que exigia que os tribunais realizassem uma ação conjunta para investigar possíveis irregularidades acerca de precatórios e créditos judiciais referentes ao Banco Master. Dentre as medidas, o ministro sugeriu que a Corregedoria Nacional de Justiça realize um uma fiscalização mais acirrada, como um “pente-fino”, em todos os Tribunais Regionais Federais (TRFs), especialmente o TRF-1, localizado no Distrito Federal.

Isso porque, segundo investigações da Polícia Federal (PF) sobre o escândalo da fraude financeira do Master, o banco usou a compra de precatórios de maneira irregular para inflar artificialmente os balanços financeiros da instituição. A operação em converter títulos judiciais da União, que têm risco de postergação no pagamento, em produtos de baixo risco.

CORREIO

ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Abertura subiu 7,2% na comparação com mesmo mês de 2025

Brasil cria 165,8 mil postos de trabalho em agosto, aponta Caged

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 165.827 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em agosto. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é 183,1% maior em relação a julho, quando o país criou 58.568 empregos.

A criação de empregos subiu 7,2% em comparação a agosto do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 154.683 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. Em relação aos meses de agosto desde 2020, no entanto, esse é o segundo resultado mais baixo da série, só perdendo para o mesmo mês do ano passado.

Petrobras comprará do gás dos EUA por 20 anos

A Petrobras fechou um contrato de longo prazo para comprar Gás Natural Liquefeito (GNL) dos Estados Unidos por um período de 22 anos. O anúncio foi feito pela petroleira brasileira nesta terça-feira (29) e é o segundo em um período de cerca de um mês. O GNL é o gás que passa pelo processo de resfriamento a ponto de se tornar líquido e ocupar volume 600 vezes menor (1/600), de forma que possa ser transportado por navios. Com isso, não precisa de gasoduto interligando comprador e vendedor.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Estatol afirma que estratégia diminui volatilidade de preço

Juros para famílias sobem em agosto

As famílias brasileiras continuaram enfrentando aumento dos juros, da inadimplência e do endividamento em agosto, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta terça-feira (29) pelo Banco Central (BC). A taxa média de juros do crédito livre para pessoas físicas chegou a 61,7% ao ano, com alta de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação a julho; e de 2,9 p.p. na comparação com agosto do ano passado. Entre as modalidades que mais pressionaram o indicador estão o cartão de crédito rotativo e o cartão parcelado.

Taxa de desemprego cai para 5,3%

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em agosto ficou em 5,3%, a menor já registrada para o período desde 2012, quando se inicia a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, o instituto registrou recorde no número de trabalhadores ocupados, carteira assinada, massa salarial e contribuição para a previdência.

IGP-M volta a subir I

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 1,57% em setembro deste ano. No mês anterior, o indicador havia tido deflação (queda de preços) de 0,22%.

Com os dados divulgados nesta terça-feira (29) pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o IGP-M acumula inflação de 3,45% neste ano e de 3,34% em 12 meses.

IGP-M volta a subir II

Em setembro do ano passado, o IGP-M havia registrado taxas de 0,42% no mês e de 2,82% em 12 meses.

A alta em setembro foi puxada pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação do atacado, e que passou de uma deflação de 0,34% em agosto para uma inflação de 2,08% em setembro.

Dissídio de greve I

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) irá julgar na tarde desta terça-feira (29) o dissídio coletivo de greve ajuizado pela Caixa contra os trabalhadores do banco, em greve desde 10 de setembro.

O dissídio ocorre quando não há acordo entre as partes e uma delas pede a intervenção da Justiça.

Dissídio de greve II

Os trabalhadores da Caixa, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, estão com o acordo coletivo de trabalho expirado desde 31 de agosto. Segundo a empresa pública, as negociações não chegaram a um consenso.

Dólar sobe para R\$ 5,22 I

O dólar ultrapassou a barreira de R\$ 5,20 e fechou em R\$ 5,22. A bolsa recuou pela quarta vez consecutiva. A moeda acompanhou o movimento de fortalecimento do dólar no exterior, em um dia marcado pela aversão ao risco, pela alta dos rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA e pelas incertezas envolvendo as negociações entre EUA e Irã.

Dólar sobe para R\$ 5,22 II

A moeda estadunidense avançou desde o início dos negócios e chegou a superar R\$ 5,22 ainda durante a manhã. O dólar comercial subiu 0,83%, encerrando esta segunda-feira (28), vendido a R\$ 5,226, no maior fechamento desde 30 de março. O movimento acompanhou a valorização do dólar frente a outras moedas de países emergentes.



O desempenho também superou as projeções do mercado

Governo Central registra déficit de R\$ 13,6 bi em agosto

Em 2026, o déficit primário chegou a R\$ 94,9 bilhões

Da **Redação**

O Governo Central registrou déficit primário de R\$ 13,6 bilhões em agosto, informou nesta terça-feira (29) o Tesouro Nacional. O resultado foi melhor que o registrado em agosto de 2025, quando o saldo negativo ficou em R\$ 15,5 bilhões.

O desempenho também superou as projeções do mercado, que esperava déficit de R\$ 16 bilhões.

Em valores corrigidos pela inflação, a receita líquida cresceu 3,5% em relação a agosto de 2025, enquanto as despesas avançaram 1,9%.

O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 5 bilhões no mês. A Previdência Social registrou déficit de R\$ 18,6 bilhões.

Apesar da melhora em agosto, o saldo acumulado do ano continua pior que o observado no mesmo período de 2025. De janeiro a agosto, o déficit primário do Governo Central chegou a R\$ 94,9 bilhões, ante R\$ 85,9 bilhões nos oito primeiros meses do ano passado.

O avanço da arrecadação foi puxado pelas receitas administradas pela Receita Federal, que cresceram 5,6% acima da inflação. Destacaram-se os aumentos da Cofins, do Imposto

de Importação e do IPI.

A arrecadação líquida da Previdência Social aumentou 6,3%, favorecida pela melhora do mercado de trabalho, que apresentou crescimento real de 2,9% da massa salarial; pelos maiores recolhimentos do Simples Nacional e pelos efeitos da reoneração gradual da folha de pagamentos. As receitas ligadas à exploração de recursos naturais também contribuíram para o resultado, impulsionadas pela comercialização de petróleo e gás natural pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

Pelo lado das despesas, o principal fator de pressão sobre as contas públicas foi o repasse de recursos ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), inexistente em agosto do ano passado.

Segundo o Tesouro Nacional, R\$ 4,9 bilhões tiveram como destino esse fundo voltado às campanhas eleitorais.

Também cresceram os gastos com benefícios previdenciários (aumento de R\$ 2,7 bilhões); abono salarial e seguro-desemprego (R\$ 2,4 bilhões a mais).

Houve ainda aumento dos créditos extraordinários destinados a medidas para reduzir os impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio (R\$ 1,3 bilhão).

CORREIO FLUMINENSE

POR MARCELO PERILLIER



Plataforma reúne oportunidades de contratações para MEIs

Rio adota Contrata+Brasil para fornecedores em contratações

O Governo do Rio adotou o Contrata+Brasil, plataforma que reúne oportunidades de pequenas contratações públicas, com valores de até R\$ 13.018,00. A parceria entre a Secretaria de Planejamento e Gestão e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos concede para microempreendedores individuais (MEIs), agricultores familiares, cooperativas e pequenos fornecedores oportunidades de oferecer serviços e produtos para a administração estadual. Ao todo, 272 atividades exercidas por MEIs podem ser contratadas pela plataforma. O Contrata+Brasil utiliza procedimentos padronizados para simplificar as etapas administrativas. Para o empreendedor, isso facilita a busca por oportunidades e a apresentação de propostas. Para o poder público, a ferramenta ajuda a organizar e dar mais agilidade aos processos de contratação.

Regras para o comércio de ouro no estado

A Alerj começou a analisar novas regras para a comercialização de ouro, joias e pedras preciosas. O Projeto de Lei 6.559/25, elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a atuação de empresas privadas que se beneficiaram da insegurança no estado, determina que estabelecimentos que atuam na compra, penhor, revenda, fundição ou reciclagem desses bens mantenham um cadastro detalhado de todas as operações realizadas. Os dados deverão ser mantidos por, no mínimo, cinco anos e ficarão à disposição da Polícia Civil, da Secretaria de Estado de Fazenda e do Procon-RJ.



A proposta prevê registro de informações sobre o vendedor e a peça

Todos os municípios habilitados no Fundeb

O Estado do Rio concluiu, pela primeira vez, a etapa de habilitação dos 92 municípios à parcela adicional do Fundeb, conhecida como Valor Aluno Ano por Resultado. O recurso é destinado às redes de ensino que atendem a critérios de gestão e melhoria dos resultados. Para garantir que todas as cidades cumprissem os requisitos necessários, o governo estadual atuou na aprovação e regulamentação da lei do ICMS Educacional. Os valores podem ser usados, por exemplo, na compra de materiais e equipamentos, na manutenção de serviços e em ações de planejamento e apoio ao ensino.

Mais vagas no Regime Adicional da Polícia Penal

O Governo do Rio autorizou o aumento de vagas do Regime Adicional de Serviço destinado aos policiais da Secretaria de Estado de Polícia Penal. A partir de 1º de outubro, a instituição contará com mais 3.508 inscrições por mês, totalizando 10.560 vagas. O agendamento do acréscimo de vagas, para os primeiros dias de outubro, já está disponível no sistema. A ampliação das vagas, inicialmente, terá vigência de três meses.

Geração de empregos

O Rio de Janeiro criou, em agosto, 20.886 novos postos formais de trabalho, ocupando a posição de segundo maior gerador de empregos do Brasil. No acumulado do ano, o estado registra 77.670 novas vagas criadas. Já nos últimos 12 meses (de setembro de 2025 a agosto de 2026) esse número sobe para 95.046, segundo dados são do Novo Caged.

Postos formais

O Observatório do Trabalho, da Secretaria de Trabalho e Renda, identificou que quatro dos cinco grupos de atividade econômica analisados apresentaram saldo positivo. O setor de Serviços foi o que mais contribuiu, com 16.646 novas vagas, seguido pelo de Construção, com 1.890, e pelo de Comércio, com 1.382.

Municípios

Entre os municípios que mais criaram empregos, a capital foi o que teve melhor saldo, com 13.070 novas vagas, seguido por Duque de Caxias (836), Nova Iguaçu (800), Macaé (690) e Itaboraí (587). O salário médio real de admissão no Rio de Janeiro foi de R\$ 2.385,31. As mulheres ocuparam 54% dos empregos criados, enquanto os homens ficaram com 46%. Por idade, o maior número de postos de trabalho (10.304) ficou entre as pessoas de 18 a 24 anos e, por escolaridade, com as 14.325 que tinham o Ensino Médio completo.

Promoção de policiais

O governador em exercício do Rio, Ricardo Couto, assinou um decreto que atualiza as regras para promoção de policiais civis. O documento foi oficializado durante o evento de outorga de medalhas em homenagem à atuação de mais de 160 agentes da corporação. A nova regulamentação não altera a Lei Orgânica da Polícia Civil, mas moderniza a forma como suas disposições relacionadas às promoções são aplicadas.

Rio Comex

O Governo do Rio institui os procedimentos de adesão e migração de empresas para o Regime Diferenciado de Tributação do ICMS para Operações de Comércio Exterior – Rio Comex. Entre as condições de elegibilidade estão a geração de emprego, a condição de atividade econômica não existente no Estado, a utilização de insumos locais e o caráter estratégico das importações para o desenvolvimento do Rio de Janeiro. O benefício vai valer até 31 de dezembro de 2032.

Niterói há 1 ano sem feminicídio

Niterói está há 18 meses sem registrar casos de feminicídio. O prefeito Rodrigo Neves destacou, em seminário, as políticas adotadas para o fato. Entre as iniciativas cita-

das estão o Niterói por Elas, o aplicativo SOS Mulher; a rede de atendimento e acolhimento; e o auxílio financeiro destinado a mulheres em situação de violência.



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/26 - PROCESSO Nº SEI-080001/005811/2026, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de insumo nutricional (SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA PACIENTES QUE NECESSITEM DE UMA NUTRIÇÃO COM TGFSS-2 - MODULEN®), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, que encontrava-se suspenso, tem sua nova data de abertura marcada para o dia 13/10/2026 às 10h00. O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e www.gov.br/pncp/pt-br. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro – RJ – CEP 20261-901, de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 16h00, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 338/26.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (BUPRENORFINA 5 MG ADESIVO TRANSDÉRMICO, BUPRENORFINA 10 MG ADESIVO TRANSDÉRMICO e BUPRENORFINA 20 MG ADESIVO TRANSDÉRMICO), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/10/2026, às 11h00
ETAPA DE LANCES: 13/10/2026, às 11h00
PROCESSO Nº SEI-080001/035143/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 339/26.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (AMBROXOL, CLORIDRATO 30 MG/5ML - XAROPE - FRASCO 120 ML, AMINOFILINA 24 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL - 10 ML - AMPOLA e CARBONATO DE LÍTIO 300 MG - COMPRIMIDO), para atender à Coordenação de Medicamentos, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/10/2026, às 10h00
ETAPA DE LANCES: 13/10/2026, às 10h00
PROCESSO Nº SEI-080001/000288/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/26.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (EMICIZUMABE 30 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 1 ML, EMICIZUMABE 105 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 0,7 ML e EMICIZUMABE 150 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA 1 ML), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/10/2026, às 11h00
ETAPA DE LANCES: 13/10/2026, às 11h00
PROCESSO Nº SEI-080001/038205/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/26.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (TENOXICAM 20MG COMPRIMIDO REVESTIDO, ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/10/2026, às 10h00
ETAPA DE LANCES: 13/10/2026, às 10h00
PROCESSO Nº SEI-080001/004268/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 342/26.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (RAMIPRIL 5 MG COMPRIMIDO, RAMIPRIL 10 MG COMPRIMIDO E VERAPAMIL 80 MG COMPRIMIDO REVESTIDO), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/10/2026, às 09h00
ETAPA DE LANCES: 13/10/2026, às 09h00
PROCESSO Nº SEI-080001/035378/2025
O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e www.gov.br/pncp/pt-br. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro – RJ – CEP 20261-901, de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 16h00, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.



Carlos Malta e Alexandre Elias reúnem diferentes universos musicais

Carlos Malta e Alexandre Elias levam “Vento no aço” ao Dolores

O Dolores Club recebe, nesta quinta-feira (1º/10), às 20h30, o show “Vento no aço”, comandado pelos prestigiados instrumentistas Carlos Malta e Alexandre Elias. Acompanhados pelo pianista Cliff Korman e pelo percussionista Reginaldo Vargas, os músicos apresentam um repertório inovador que funde ritmos brasileiros, jazz, música eletrônica e erudita contemporânea.

No palco, os arranjos misturam a sonoridade orgânica de sopros, guitarra, piano e percussão com elementos eletrônicos do álbum homônimo, além de temas marcantes das carreiras individuais dos artistas. Reconhecidos no cenário musical por parcerias de peso com nomes como Hermeto Pascoal e a Cia Deborah Colker, Malta e Elias prometem uma noite rica em sofisticação e improviso na Lapa. A casa abre às 19h e os ingressos custam a partir de R\$ 30.

Câmara aprova R\$ 75 mi para Super Centro

A Câmara Municipal do Rio aprovou a transferência de R\$ 75 milhões economizados do próprio orçamento para a implantação do Super Centro Carioca da Criança e do Adolescente, no bairro de Piedade. O valor financiará a reestruturação do antigo Hospital Municipal da Piedade, transformando-o em um complexo de saúde voltado ao público de até 18 anos. A nova unidade conta com 13 especialidades médicas pediátricas, tratamento para diabetes e obesidade infantil, CTI humanizado e capacidade para atender cerca de 16,7 mil pessoas por mês.

MARCO ANTONIO LIMA / PREFEITURA DO RIO



Unidade tem atendimento especializado para pacientes até 18 anos

Projetos de inclusão e apoio à cultura

Na mesma sessão desta terça-feira (29), os vereadores avançaram em pautas sociais relevantes para o município. Foi aprovada a criação do Banco Municipal de Artistas Cariocas para divulgar talentos locais, além do Programa Cultura Acessível, que garante recursos de acessibilidade e adaptações em eventos e espaços da cidade. Outra matéria aprovada institui o Selo Templo Religioso Amigo da Inclusão, voltado a igrejas que acolhem neurodivergentes, e o Programa Laços Tipo 1, focado no suporte e acolhimento a pacientes diagnosticados com diabetes.

Patrimônios e reconhecimento histórico

O Poder Legislativo também aprovou em primeira discussão o reconhecimento do Rio Comprido como Bairro Imperial, ressaltando sua importância histórica desde o século 19. Além disso, onze projetos de lei avançaram para declarar patrimônios imateriais cariocas, contemplando manifestações como o biquíni de lacinho, a FLUP, quadrilhas juninas, a obra de Maria Clara Machado e a Ação da Cidadania.

Orquestra sinfônica I

A Orquestra Sinfônica Jovem do Rio de Janeiro apresenta no dia 4 de outubro, às 17h, no Theatro Municipal, um concerto em homenagem ao Dia da Unidade Alemã. Sob regência de Tobias Volkmann e com solista Koh Gabriel Kameda, o evento marca a despedida da spalla Anna Eliza Ribeiro Moraes, de 25 anos, que embarca para mestrado na Alemanha.

Orquestra Sinfônica II

Cria da Ação Social pela Música no Complexo do Alemão, Anna Eliza terá como professor o próprio Kameda. O programa da apresentação aproxima as Bachianas Brasileiras nº 4, de Heitor Villa-Lobos, ao Concerto para Violino de Johannes Brahms, celebrando o intercâmbio cultural. Os ingressos populares já estão disponíveis para o público.

Windsor faz 11 anos

O hotel cinco estrelas Windsor Marapendi completa onze anos de atuação na Barra da Tijuca no mês de outubro. O empreendimento se consolida como referência no setor de hospedagem e eventos na Zona Oeste do Rio, oferecendo estrutura moderna, área de convenções e serviços focados na excelência do atendimento aos clientes

Quilombo I

O Iphan tombou o Quilombo Urbano Ferreira Diniz, localizado no bairro da Glória, na Zona Sul do Rio. A comunidade reúne 14 famílias no mesmo terreno desde a década de 1950 e tornou-se o primeiro quilombo urbano do estado a receber a proteção do patrimônio federal. A medida busca conter a especulação imobiliária no local.

Quilombo II

O quintal do quilombo abriga a tradicional Feijoada da Tia Cida, preparada semanalmente por Maria Aparecida Ferreira para visitantes e moradores. O evento gastronômico funciona como polo cultural e fonte de renda para a manutenção das famílias. O tombamento abrange o quintal, o casarão histórico e os espaços de uso comunitário.

Quilombo III

Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade busca agora a titulação do terreno junto ao Incra. Moradores e pesquisadores destacam que a preservação do espaço garante a permanência da memória negra na área central do município, celebrando um modo de vida baseado na coletividade, na gastronomia e na cultura viva.

Hospital Ronaldo Gazolla conquista selo internacional no Rio

Unidade recebe Acreditação Qmentum Platinum por excelência no SUS

Da Redação

GESTÃO FOCADA NA SEGURANÇA DO PACIENTE CARIOCA

O Hospital Municipal Ronaldo Gazolla alcançou um marco histórico para o Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Rio de Janeiro ao conquistar a Acreditação Internacional Qmentum, na categoria Platinum. Com a certificação, a unidade municipal se torna o primeiro hospital público fluminense a obter o selo internacional de qualidade e segurança do paciente.

O reconhecimento é resultado de um amplo processo de reformulação e aprimoramento contínuo dos serviços assistenciais promovido pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Rio).

A avaliação decisiva foi realizada entre os dias 16 e 18 de setembro por auditores da Quality Global Alliance (QGA). Durante a auditoria presencial, especialistas analisaram rigorosamente os fluxos de atendimento, os protocolos clínicos, as práticas de biossegurança e a interação das equipes médicas e de enfermagem com os pacientes e seus familiares. A metodologia canadense aplicada busca verificar a efetiva incorporação das diretrizes de segurança no cotidiano do ambiente hospitalar.

A Acreditação Qmentum baseia-se em padrões internacionais estabelecidos pela Health Standard Organization (HSO). O modelo avalia as instituições de saúde em três níveis progressivos de maturidade: Gold, Platinum e Diamond. O patamar Platinum concede ao Ronaldo Gazolla a confirmação de que a instituição possui uma estrutura operacional sólida, governança eficiente e rotinas padronizadas voltadas à mitigações de riscos e à excelência na prestação do cuidado médico.

A conquista do selo internacional reflete os investimentos contínuos na infraestrutura hospitalar e na capacitação das equipes técnicas da rede pública do município.

A certificação consolida a cultura de gestão participativa e responsabilidade social no atendimento prestado aos usuários da Zona Norte e de toda a capital. A marca histórica comprova que a aplicação de métodos rigorosos e o compromisso profissional garantem um serviço público de saúde moderno e seguro para a população carioca.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA
CRIATIVA
SUBSECRETARIA ADJUNTA DE PROJETOS ESPECIAIS
AVISO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

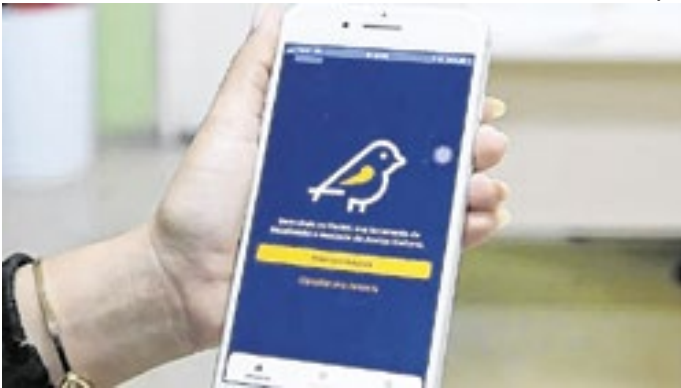
A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC E A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC TORNAM PÚBLICO para conhecimento dos interessados, a **REPUBLICAÇÃO** do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, com designação de **NOVA DATA**, qual seja: dia **30 de outubro de 2026 às 11h00 (onze horas)**, no Auditório da Secretaria de Estado da Casa Civil, situado a Rua Pinheiro Machado - s/nº Prédio Anexo ao Palácio Guanabara - Térreo - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ.

OBJETO: Seleção de Proposta de Trabalho para a gestão, fomento e execução de atividades culturais do Museu da Imagem e do Som (MIS), contemplando, inclusive, as atividades relacionadas ao MIS Copacabana, MIS Lapa e ao MIS DIGITAL, por meio dos Anexos I - Termo de Referência e Contrato de Gestão - Anexo II, observadas as diretrizes estabelecidas no Anexo Técnico - Anexo IV, cujas definições fazem parte integrante deste edital.

O edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços eletrônicos www.cultura.rj.gov.br e www.rj.gov.br/casacivil/chamamento_publico. Processo SEI-180001/004108/2025.

Outras informações sobre o presente Chamamento Público através do telefone 2334.3341 ou pelo e-mail licitacao@casacivil.rj.gov.br

PETROPOLITANAS



DIVULGAÇÃO

Aplicativo Pardal permite que eleitores denunciem irregularidades

Petrópolis tem 141 denúncias eleitorais registradas no Pardal

Petrópolis já soma 141 denúncias de possíveis irregularidades eleitorais registradas no aplicativo Pardal, ferramenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que permite ao eleitor comunicar à Justiça Eleitoral situações que podem estar em desacordo com as regras da campanha. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 29, e atualizados pela equipe do Correio Petropolitano. Do total, 81 registros estão relacionados às campanhas para deputado federal, 57 a deputado estadual e quatro a partidos ou coligações. Entre as ocorrências informadas estão denúncias envolvendo confecção e distribuição de brindes, distribuição de material gráfico, uso de carro de som, minitrio ou trio elétrico, telemarketing, comícios e showmícios, entre outras modalidades de propaganda. Os registros feitos pelo Pardal representam comunicações de possíveis irregularidades e são encaminhados à Justiça Eleitoral.

Como realizar a denúncia

O aplicativo Pardal Móvel está disponível desde 16 de agosto, data de início da propaganda eleitoral das Eleições 2026. A ferramenta é gratuita e pode ser utilizada em smartphones e tablets pelas plataformas Google Play e App Store. Para fazer uma denúncia, o eleitor precisa se identificar por meio do e-Título ou da plataforma Gov.br. Apesar da identificação necessária para acessar o sistema, o TSE informa que a identidade da pessoa denunciante permanece protegida por sigilo.



LUIZ ROBERTO/TSE

Casos são analisados pela Justiça Eleitoral

4ª com maior número no Estado

A cidade Petrópolis também é destaque em outro ponto referente às eleições deste ano e as campanhas eleitorais dos candidatos. Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Cidade Imperial assume a 4ª colocação com o número de denúncias registradas pelo aplicativo Pardal. De acordo com os índices no Estado, a capital, assume a liderança com 962 encaminhamentos de irregularidades à Justiça Eleitoral, seguido e Duque de Caxias com 269, Niterói com 218 e então Petrópolis com 141 denúncias registradas até esta edição.

Recolheminto de material

A Justiça Eleitoral determinou o recolhimento de 100 camisas confeccionadas para a campanha de Yuri Moura após considerar que as peças continham conteúdo de propaganda eleitoral além do permitido pela legislação. A decisão é da juíza Christianne Maria Ferrari, da 65ª Zona Eleitoral de Petrópolis, em processo iniciado a partir de uma denúncia registrada pelo aplicativo Pardal.

Camisas além do nome

O caso envolve camisas que, além do nome do candidato, apresentavam as frases “Deputado Yuri Moura não foge da luta” e “Tropa do Yuri Moura”. Para a Justiça Eleitoral, as mensagens ultrapassam a simples identificação do candidato e caracterizam conteúdo de exaltação e promoção da candidatura.

Requerimento do MPE

Yuri Moura defendeu a legalidade da distribuição das camisas e citou como fundamento o artigo 18, parágrafo 2º, da Resolução nº 23.610/2019 do TSE. O material deverá ser entregue ao cartório eleitoral da 65ª Zona Eleitoral de Petrópolis. A determinação foi tomada no exercício do poder de polícia da Justiça Eleitoral e atende a um requerimento do MPE.

O que diz Yuri?

A campanha do deputado estadual Yuri Moura recorreu ao TRE-RJ contra decisão da 65ª Zona Eleitoral de Petrópolis. De acordo com o advogado Rafael Ferreira, responsável pelas questões jurídicas da campanha de Yuri Moura, a defesa impetrou um Mandado de Segurança com pedido de medida liminar junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Visita em Petrópolis

No dia 24 de setembro, o LNCC recebeu uma delegação do Ministério da Defesa para uma visita técnica voltada ao conhecimento das capacidades do Laboratório em computação de alto desempenho, IA e áreas correlatas. A comitiva reuniu representantes de diferentes estruturas do Ministério e das Forças Armadas.

Interesses incluídos

Entre os interesses incluídos na conversa estão a capacitação de pessoal, desenvolvimento de modelos computacionais, uso de infraestrutura de alto desempenho e inteligência artificial e aproximação entre os centros de pesquisa do Ministério da Defesa e o Laboratório Nacional de Computação Científica.

Avenida Brasil

Mais de 400 taxistas de Petrópolis tiveram as autorizações para utilizar as faixas seletivas da Avenida Brasil, na capital, renovadas até setembro de 2027. A autorização permite que os profissionais da cidade utilizem os trechos exclusivos da avenida nos horários permitidos. A CPTrans realiza o cadastro dos taxistas junto à Secretaria Municipal de Transportes do Rio.



A aquisição, no valor de R\$ 7 milhões, foi feita pelo Bradesco após um acordo

Radar meteorológico ganha destaque em audiência

Equipamento Banda X custou R\$ 7 mi e passou a ser usado de forma contínua

Por **Gabriel Rattes**

O radar meteorológico Banda X, instalado no Morin, já está incorporado à rotina do Departamento de Monitoramento da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Petrópolis. O equipamento foi um dos destaques da audiência pública, realizada em 24 de setembro, na Câmara Municipal. O encontro apresentou as ações da pasta entre maio e agosto de 2026 e mostrou como o equipamento passou a integrar a rotina de monitoramento da cidade.

Segundo o relatório apresentado, o radar é utilizado de forma contínua pelo Departamento de Monitoramento para acompanhar a formação, a intensidade e o deslocamento das chuvas. Os dados auxiliam na análise dos cenários de risco, na emissão de alertas e na adoção de medidas preventivas. De acordo com o secretário de Defesa Civil, coronel Guilherme Moraes, a equipe técnica acompanha o funcionamento do sistema, realiza ajustes operacionais e integra os dados produzidos pelo radar com outras fontes de informação meteorológica.

O equipamento chegou a Petrópolis em setembro de 2025, vindo da Finlândia. A tecnologia Banda X possui maior resolução e permite acompanhar os núcleos de chuva com mais velocidade e precisão. A aquisição, no valor de R\$ 7 milhões, foi feita pelo Bradesco após um acordo relacionado a uma ação movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Além da operação do equipamento, a Defesa Civil apresentou as capacitações realizadas para os profissionais responsáveis pelo sistema. Em maio e junho de 2026, foram realizados

encontros técnicos com conteúdo sobre procedimentos operacionais, interpretação de produtos meteorológicos e análise dos dados produzidos pelo radar.

De acordo com a Secretaria, o Departamento de Monitoramento acompanha 24 horas por dia, durante os sete dias da semana, as condições meteorológicas, hidrológicas e geológicas de Petrópolis. Entre as atividades estão a análise de boletins de órgãos estaduais e federais, emissão de alertas e mobilização de equipamentos quando há possibilidade de desastre.

Durante os questionamentos, a vereadora Júlia Casamasso destacou a necessidade de transformar os dados produzidos pela Defesa Civil em ações concretas. “Não basta a gente saber só onde está o risco, mas precisamos ter a capacidade de reduzir esses riscos”, afirmou Júlia durante a audiência. Entre os pontos levantados estavam investimentos em drenagem, contenção, infraestrutura e habitação, além da execução das medidas previstas no PMRR.

A vereadora também falou sobre os geradores destinados aos Pontos de Apoio e sobre o Índice de Capacidade Municipal. De acordo com Guilherme Moraes, o processo para aquisição dos equipamentos estava licitado desde 21 de julho e aguardava homologação.

Outro tema foi o Índice de Capacidade Municipal (ICM). Petrópolis atingiu 20 dos 20 critérios avaliados e chegou à categoria A. Ao comentar o resultado, Guilherme afirmou: “Nunca tivemos 20 de 20. Ano passado foi 19 de 20”. Vitória Custódio explicou que o índice é utilizado como parâmetro pelo Governo Federal e que Petrópolis também passou a ser considerado



Alerta é válido a partir das 00h de quinta-feira (01)

Petrópolis e outros dois municípios do RJ estão sob alerta de tempestade

Petrópolis, Queimados e Paty do Alferes estão entre os municípios incluídos em um alerta de tempestade de grau de severidade “Perigo” emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). O aviso começa à meia-noite desta quinta-feira, 1º de outubro, e permanece válido até às 23h59 do mesmo dia. Segundo o alerta, são esperados volumes de chuva entre 30 e 60 milímetros por hora ou de 50 a 100 milímetros por dia, além de ventos intensos, com velocidades entre 60 e 100 km/h, e possibilidade de queda de granizo. As condições podem provocar cortes no fornecimento de energia elétrica, danos em plantações, queda de árvores e alagamentos nos municípios incluídos no aviso. Durante rajadas de vento, o INMET orienta a população a não se abrigar debaixo de árvores, devido ao risco de queda e de descargas elétricas. Também é recomendado não estacionar veículos próximos a torres de transmissão e placas de propaganda.

Encontro MDB e PL em Petrópolis

O candidato a deputado estadual Fred Procópio (MDB) reuniu mais de 300 pessoas em um grande encontro com a candidata a deputada federal Soraya Santos (PL) e o candidato a senador Carlos Portinho (PL) no Clube Petropolitano, na noite desta segunda-feira (28). Na reta final da campanha, Fred reafirmou seu compromisso com Petrópolis, destacando a busca por recursos junto aos governos estadual e federal para ajudar a cidade a superar a grave crise orçamentária que enfrenta.



O evento reuniu apoiadores e lideranças comunitárias

Objetivos do encontro

O evento propõe um espaço de reflexão, aprendizado e fortalecimento feminino, destacando a necessidade de estabelecer limites, criar redes de apoio e harmonizar a vida pessoal com as rotinas empresariais para alcançar o sucesso com qualidade de vida e bem-estar. Entre as dinâmicas a serem realizadas e temas que serão abordados nas palestras do encontro, estão: Saúde da Mulher e Empreendedorismo, técnicas de respiração para desaceleração e foco no presente, reflexão sobre a cultura da urgência, proteção do tempo dedicado à saúde mental, entre outros.

Sine Teresópolis

O Sistema Nacional de Emprego (Sine) Teresópolis está anunciando 177 oportunidades de emprego em mais de 30 funções nas áreas de comércio em geral, ambiental, contábil, gastronomia e construção civil, válidas até o dia 9 de outubro. São 147 vagas para profissionais com experiência, 22 para pessoas sem experiência e 08 destinadas a PcD (pessoa com deficiência).

Sebrae em Terê

Em razão do movimento “Outubro Rosa” — campanha internacional de conscientização dedicada à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de mama e do câncer de colo do útero —, o Sebrae Rio realiza, no dia 1º de outubro, o evento “Conexão Feminina – Mulher, Saúde e Negócios”, em Teresópolis.

Denúncias eleitorais

O município de Nova Friburgo já soma 42 denúncias de possíveis irregularidades eleitorais registradas no aplicativo Pardal, ferramenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que permite ao eleitor comunicar à Justiça Eleitoral (TSE) situações que podem estar em desacordo com as regras da campanha. A denúncia é feita pelo aplicativo.

Registros no Pardal

Do total, 18 registros estão relacionados às campanhas para deputado estadual, 16 ligados a deputado estadual, seis a partidos ou coligações, um referente a presidente e um a senado. Entre as ocorrências informadas estão denúncias envolvendo Comícios, uso de bens públicos e privados, material gráfico, uso de carro de som, além de outras denúncias.

Festival do Idoso I

No dia 1º de outubro, Nova Friburgo recebe o 1º Festival da Longevidade de Idosos, na Praça Derneval Barbosa Moreira, das 10h às 17h. Com o tema “A vida não tem idade!”, o evento contará com atividades de convivência, cultura, lazer, saúde e participação social. A programação é gratuita e reúne dança, música, atividades de saúde e outras ações.

Festival do Idoso II

A realização é da Prefeitura de Nova Friburgo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, em articulação com instituições, serviços e parceiros do município, com o apoio das Secretarias de Saúde, Turismo, Cultura, Educação, Esportes e Lazer; Subsecretaria de Trabalho e Renda; LAJE e outros parceiros privados.

Doação de sangue

O Tiro de Guerra 01-010 de Nova Friburgo promove uma ação de doação de sangue durante a seleção geral do alistamento militar. Liderada pelo chefe de instrução, subtenente Rodrigo Sousa, a iniciativa encaminhará cerca de 800 a 900 jovens que se alistaram para o Serviço Militar em 2026 ao hemocentro, até sexta-feira (02).

TSE nega liminar de Joa Barbaglio e mantém inelegibilidade

André Mendonça rejeitou pedido para suspender os efeitos da condenação

Por **Gabriel Rattes**

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou a liminar apresentada por Joacir Barbaglio Pereira, o Joa, para suspender os efeitos da condenação que levou à cassação do mandato de prefeito de Três Rios. A decisão foi assinada na segunda-feira (28) e trata do processo que apura captação e gasto ilícito de recursos na campanha de 2024. Com a negativa, os efeitos da condenação que geraram a inelegibilidade continuam valendo, por enquanto.

O pedido foi feito com base no artigo 26-C da Lei Complementar nº 64/1990, que permite a suspensão cautelar da inelegibilidade quando houver plausibilidade jurídica no recurso. Mendonça entendeu que esse requisito não foi demonstrado e indeferiu a liminar.

A defesa de Joa contestou a decisão do TRE-RJ, que cassou, em junho, os mandatos de Joacir e do então vice-prefeito Jacqueson Martins Lima. Entre os argumentos estavam uma suposta nulidade no julgamento, a perda de objeto após a eleição suplementar de 2025 e a falta de gravidade suficiente para justificar a cassação.

Mendonça afastou esses pontos nesta análise cautelar. Sobre a participação de um juiz impe-

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE TRÊS RIOS



Processo segue em tramitação e aguarda parecer do MPE

dido no julgamento do TRE-RJ, o ministro afirmou que o impedimento foi declarado antes da retificação válida do resultado e que o processo poderia ser julgado com o chamado “quórum possível”, diante das vagas não preenchidas no tribunal. Também foi rejeitada a alegação de perda de objeto após a eleição suplementar. Segundo o relator, o processo sobre o registro da candidatura de Joa nas eleições de 2024 ainda tramita no Supremo Tribunal Federal.

O registro de candidatura de Joa para deputado federal nas eleições já havia sido mantido indeferido pelo TRE-RJ, com fundamento na alínea “j” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (de acordo com a AGE de 18/10/2017) Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, temos o grato prazer de convidar V.Sª para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 05 de outubro de 2026, às 18:00 horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos condôminos, ou às 18:30 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de condôminos, no escritório do Condomínio, a fim de tratar dos seguintes assuntos:

Devido aos inúmeros problemas na garagem, tais como:

- Risco de vida para os usuários e funcionários pelas motos em alta velocidade dentro da garagem;
- Agressão de usuários de motos contra porteiros;
- Quantidade excessiva de motos na garagem;
- Comércio com aluguel de vagas para motos;
- Destruição de patrimônio do Condomínio do Edifício Municipal (portão da garagem).

Ordem do dia:

1. Deliberação e decisão sobre complementação e modernização do Regulamento sobre o uso da garagem.

Observação: Em conformidade com a Convenção e a legislação vigente, os condôminos que estiverem em atraso com seus pagamentos ordinários e extraordinários referentes ao condomínio **não terão direito a voto**.

1 – As procurações outorgadas deverão ser encaminhadas para o e-mail da administração: **guilherme@realdominio.com.br**, com antecedência mínima de 24 horas, para facilitar a conferência.

Petrópolis, 29 de Setembro de 2026.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL
p/ Júlio Fernando Valenzuela Monte -Síndico

Instituto prepara nova geração de operadores nucleares

Reator Argonauta é palco de qualificação de profissionais da Eletronuclear

Da Redação

O Instituto de Engenharia Nuclear (IEN/CNEN) recebeu 12 profissionais da Eletronuclear para colocar em prática o Curso Introdutório para Operadores de Reatores de Pesquisa (CIORP). Detalhe: o evento foi realizado pelo segundo ano consecutivo na Instituição e aconteceu entre os dias 14 e 25. O treinamento faz parte do processo de qualificação e requalificação visando a obtenção das licenças de operadores das usinas nucleares de Angra 1 e 2.

O curso teve experimentos práticos nas instalações do Reator Argonauta, construído na década de 1960 e exerce a função de reator-escola, formando e capacitando profissionais que irão operar equipamentos desta

natureza. Além de acompanhar como se dão as operações no Argonauta, os treinandos do CIORP se debruçaram sobre os seguintes conteúdos programáticos ministrados: Descrição da Instalação e procedimentos operacionais; Instrumentação nuclear; faixa fonte, intermediária e de potência; Instrumentação nuclear e detecção gama; Curva 1/M e previsão de criticidade; Calibração de barras de controle; Medida do coeficiente de reatividade de temperatura do moderador; entre outros.

As temáticas foram abordadas em aulas conduzidas pelo corpo docente desse curso, formado pelo chefe do Serviço do Reator Argonauta, André Luís Nunes Barbosa, pelo chefe da Coordenação de Serviços e Tecnologias Nucleares (COSTN/

IEN), Francisco José de Oliveira Ferreira, e pelos servidores João Alberto Gadelha, Júlio Cezar Suita, Rogério Chaffin, Marcos Santana e a atual bolsista Silvia Velásquez.

A qualidade dos aparatos tecnológicos disponíveis para o treinamento, assim como o know-how dos professores que lecionaram as aulas foram bem avaliadas pelos alunos desta edição do CIORP: “O curso realizado aqui no IEN/CNEN foi uma grata oportunidade de aprofundar os conhecimentos na área de física nuclear. E isso nos permite manter um alto nível de operação, cada vez mais seguras em nossas unidades. É notório o zelo de todo o corpo docente relacionado ao Reator Argonauta, assim como a condição das instalações foi mui-

to satisfatória para que nosso aprendizado pudesse acontecer de maneira muito agradável”, afirmou Bruno Pereira, Engenheiro de Treinamento da Eletronuclear, que representou a opinião dos alunos nesta reportagem.

PROCESSO DE FORMAÇÃO

O Curso Introdutório para Operadores de Reatores de Pesquisa é considerado um primeiro passo para que esses técnicos obtenham a licença necessária para operarem uma usina nuclear, algo que requer um rigoroso processo de formação, de três a cinco anos. A Eletronuclear informou ainda que estão inclusos nessa jornada do curso treinamentos teóricos, aulas práticas em reatores de pesquisa e em simuladores

próprios da instituição, no município de Angra dos Reis, construídos como réplicas idênticas às salas de controle das usinas. A grade curricular é complementada por avaliações teóricas, orais e prático-orais realizadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Após já ter sido sediado por outras unidades técnico-científicas da CNEN, como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN), em São Paulo, e o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN/CNEN), em Belo Horizonte, essa importante formação técnico-profissional dentro do setor público nuclear brasileiro está sendo conduzida pelo IEN/CNEN em uma parceria firmada com a Eletronuclear com duração prevista de cinco anos.



Curso consistiu em experimentos práticos realizados nas instalações, construído na década de 1960

CSN Mineração reduz produção de minério em MG

Da Redação

A CSN Mineração – um dos braços do Grupo CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) - vai reduzir a produção de minério de baixa qualidade da sua planta de beneficiamento a seco do complexo de Pires, no município de Ouro Preto-MG, conforme comunicado enviado aos acionistas. O principal motivo, segundo a empresa, é o aumento no valor cobrado pelo frete marítimo. Ou seja: a questão de logística levou o conglomerado a adotar a redução temporariamente. “Essa medida pode ser revertida a qualquer momento, sem maiores consequências, mas desde que as condições de mercado garantam margens melhores para esse tipo de minério”, diz o comunicado da CSN.

Com a medida, foram modificadas também as estimativas de produção da CSN Mineração, um dos braços mais fortes

do Grupo. A previsão agora para este ano é de um volume de produção e de compra de minério de terceiro entre 39 e 41 milhões de toneladas. Inicialmente a empresa trabalhava com a expectativa de produzir entre 45 milhões e 47 milhões. Em um efeito cascata, ocorreu alteração ainda na projeção de custo caixa C1 em 2026 de um patamar entre US\$22 e US\$23,5/tonelada para um patamar entre US\$25 e US\$26/tonelada.

AÇÕES CAEM

O mercado reagiu com mau humor. Às 10h17, as ações da CSN Mineração eram negociadas a R\$ 4,90. Uma queda de 2,97%, depois de abrirem a R\$ 4,92. O papel oscilou entre a máxima de R\$ 4,92 e a mínima de R\$ 4,83. O volume financeiro movimentado era de aproximadamente R\$ 6,31 milhões. Na segunda-feira, dia 29, as ações fecharam o pregão a

R\$ 5,05, com alta de 2,02%. Nos últimos 12 meses, CMIN3 registra uma faixa entre R\$ 4,08 e R\$ 7,07, de acordo com os dados de mercado fornecidos. A reação desta terça-feira ocorre em um momento de maior atenção dos investidores às perspectivas de produção, custos e margens da mineradora, como divulgou a ADFN.

SEGUNDA MAIOR EXPORTADORA

A CSN Mineração é a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil e está entre as cinco mais competitivas no mercado transoceânico. Com reservas certificadas em mais de 2 bilhões de toneladas de acordo com Joint Ore Reserves Committee (JORC), a empresa detém as minas de Casa de Pedra e do Engenho, o complexo de beneficiamento do Pires, participação na ferrovia MRS e terminal cativo para exportação de minério de ferro no Porto de Itaguaí.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
PÚBLICAS
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS – SEIOP, vem por meio deste tornar público o que segue: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026.

TIPO: Regime de Empreitada por Preço Unitário.

JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/11/2026 às 11h00.

DATA DE ABERTURA: 10/11/2026 às 11h00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONTENÇÃO DE CORTINA ATIRANTADA E CONCRETO PROJETADO COM SOLO GRAMPEADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, LOCALIZADA NA TRAVESSA NOGUEIRA, CENTRO - SÃO JOÃO DE MERITI – RJ.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.279.704,38 (três milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e quatro reais e trinta e oito centavos).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-330001/001475/2024.

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.rj.gov.br/seiop/node/225, www.compras.rj.gov.br e www.sei.fazenda.rj.gov.br (<https://portalsei.rj.gov.br/>).

Dúvidas e informações poderão ser encaminhadas ao e-mail institucional: licitacao@obras.rj.gov.br.



Destroços do bombardeiro Tu-95 russo que caiu na região de Amur

Bombardeiro nuclear cai e deixa mortos em Amur, na Sibéria

Um bombardeiro com capacidade para ataques nucleares Tupolev Tu-95MS caiu nesta terça-feira (29) na região russa de Amur, na Sibéria. Ao menos seis tripulantes morreram no acidente, que ainda não tem causas definidas. O incidente ocorreu a cerca de 6 mil km da fronteira da Ucrânia, e Kiev não reivindicou nenhum tipo de ação. Os Tu-95 são especialmente desejados como alvos para as forças do país invadido por Vladimir Putin em 2022, pois formam o esteio de sua aviação estratégica. Antes da guerra, segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, a Rússia operava cerca de 60 Tu-95. O enorme aparelho, um quadrimotor turboélice da década de 1950 amplamente modernizado, é a principal base de lançamento de mísseis de cruzeiro Kh-101 e outros contra os ucranianos. Eles fazem seus disparos de dentro do espaço aéreo russo, evitando defesas dos rivais.

Uma das bases atacadas era a de Ukrainka

Ainda assim, vários foram perdidos na guerra, em especial na Operação Teia de Aranha, em 2025, quando cerca de oito aparelhos foram atingidos, danificados ou destruídos, em cinco bases atacadas por enxames de drones contrabandeados por caminhões por Kiev. Uma das unidades militares era a base de Ukrainka, próxima ao local do acidente desta terça e provável sede do Tu-95 que caiu. Uma imagem feita por câmera de vigilância que circulou por um canal local, o Exilenova, mostra o avião caindo lentamente, como se estivesse tentando pousar.



Causa do acidente não é conhecida, e rivais não reivindicaram autoria

Site confirma 11 perdas até o momento

No seu mais recente balanço de forças militares, datado do começo deste ano, o centro britânico contou 51 aviões do modelo Tu-95. Já o site de monitoramento de perdas militares Oryx contou 11 perdas confirmadas por imagens até aqui. No mês passado, a Ucrânia havia dito ter destruído um desses bombardeiros em um ataque com drones à sua principal base, Engels-2, na Rússia europeia.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Espanha quer proibir despejos até 2030

O governo da Espanha anunciou, nesta terça-feira (29), uma proposta para a proibição dos despejos até 2030 e a renovação automática de contratos de aluguel, em um esforço para conter a crise habitacional que desencadeou protestos no país. Essas duas medidas, anunciadas no X pela ministra da Saúde, Mónica García, após complexas negociações dentro da coalizão governista, serão incluídas em dois projetos de lei separados.

Passar pelo Parlamento

Esses dois projetos serão votados no Parlamento, onde o governo liderado pelo primeiro-ministro socialista, Pedro Sánchez, não possui maioria. Entre essas medidas, o governo também pretende implementar uma “proibição à compra de imóveis por fundos abutres”, segundo a ministra. O projeto tem apoio popular.

Curta temporada

Esses fundos de investimento, juntamente com plataformas de aluguel de curta duração para turistas, como o Airbnb, são alvos de protestos, que os acusam de inflacionar os preços ao comprar imóveis na Espanha e reduzir a oferta. O governo também planeja “regulamentar” os aluguéis de temporada e de quartos, acrescentou García.

“Acordo Magnífico”

“Um acordo magnífico. Hoje é um grande dia para os inquilinos e pequenos proprietários. E um mau dia para os especuladores”, celebrou o ministro da Presidência, Félix Bolaños, no X. Essas medidas, que devem ser anunciadas oficialmente após a reunião do Conselho de Ministros desta terça-feira, fazem parte do que ficou conhecido como o “Decreto Maricarmen”.

Decreto Maricarmen

O decreto foi nomeado em homenagem à madrilenha de 87 anos que foi despejada na semana passada da casa onde morava há 70 anos, após a compra do imóvel por uma empresa de investimentos. A imagem dela sendo retirada do apartamento na maca causou indignação na Espanha e expôs a crise habitacional, a menos de um ano das eleições gerais de 2027.

Crise habitacional

O Congresso dos Deputados realizará uma sessão plenária extraordinária na sexta (2) para debater as medidas, segundo a imprensa espanhola. Centenas de manifestantes e ativistas ocupam Puerta del Sol, um popular ponto turístico no coração de Madri, desde sábado (26), para denunciar a crise habitacional e pedir proteção aos inquilinos.

Novos acampamentos

Essas reivindicações foram expressas principalmente pelo Sindicato dos Inquilinos, que apontou como principal reivindicação a implementação de contratos de aluguel por tempo indeterminado, em vez dos atuais contratos de cinco anos. Em outras cidades do país, como Málaga e Sevilha, pequenos acampamentos também começaram a surgir nas últimas horas.



Governo Trump diz punir corrupção, narcotráfico e ataques à democracia

EUA cancelam vistos de autoridades latinas

Por Isabella Menon (Folhapress)

O governo Donald Trump anunciou a revogação e restrição de vistos de autoridades e ex-autoridades de quatro países da América Latina, em mais uma ação em que cita o Escudo das Américas, coalizão criada pelos Estados Unidos para ampliar a coordenação regional em segurança, combate ao narcotráfico e pressão econômica e diplomática.

A medida atinge 27 autoridade e seus familiares na Bolívia, na Colômbia, no Equador e no Peru, todos países integrantes da iniciativa americana. O Escudo das Américas foi criado no início deste ano, como uma iniciativa de Washington, mas o Brasil não foi convidado para participar.

A iniciativa passou a ocupar lugar central na tentativa do republicano de reorganizar a política dos EUA para a América Latina em torno do combate ao que seu governo chama de “narcoterrorismo”.

Segundo o Departamento de Estado, os alvos da mais recente sanção são acusados de corrupção, envolvimento com o narcotráfico ou de adotar ações que enfraquecem governos democraticamente eleitos. Não há brasileiros entre os atingidos.

O anúncio ocorre menos de uma semana depois de Trump reunir, à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, representantes de outros 14 países do continente para apresentar uma nova etapa do Escudo das Américas.

Na reunião do último dia 22, Trump chamou o Escudo de “a maior e mais poderosa aliança para segurança econômica e nacional” já formada no He-

misfério Ocidental e afirmou que os cartéis travavam uma guerra contra os países da região. Em seu discurso na ONU no mesmo dia, comparou essas organizações criminosas ao Estado Islâmico no Oriente Médio e defendeu uma resposta mais dura dos governos latino-americanos.

Participam do grupo, além dos EUA, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Trinidad e Tobago.

As restrições anunciadas nesta segunda ampliam, na prática, o alcance político dessa estratégia. Desta vez, o alvo são autoridades, ex-autoridades e outras pessoas que Washington acusa de corrupção, narcotráfico ou de prejudicar instituições democráticas em países que aderiram à coalizão.

Ao anunciar a medida, o Departamento de Estado afirmou que ela busca cumprir os compromissos assumidos para “defender a governança democrática” no continente contra corrupção e narcotráfico. Segundo a pasta, a nova política permite restringir vistos de estrangeiros e familiares que prejudiquem governos democraticamente eleitos por meio dessas práticas.

“Prejudicar um governo democraticamente eleito é uma ameaça à segurança e ao Estado de Direito nas Américas e não será tolerado”, afirmou o Departamento de Estado, que descreveu a política como um mecanismo permanente para agir rapidamente em coordenação com parceiros regionais.

A maior parte dos atingidos está na Bolívia.



PEDRO LORENZON/CBF

Projeto atende 12 campos, distribuídos em todas as regiões do país

CBF terá gramados sintéticos em Centros de Desenvolvimento

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) fechou contrato com a Soccer Grass para a implantação de gramados sintéticos Soccer Grass HD Organic em 12 Centros de Desenvolvimento do Futebol, que fazem parte do projeto que integra o legado da Copa do Mundo FIFA 2014 no país. Os campos foram planejados para atender padrões internacionais de qualidade, proporcionando maior capacidade de uso, uniformidade de jogo, segurança e desempenho para atletas e equipes técnicas. Os Centros de Desenvolvimento do Futebol (CD) foram concebidos para ser uma referência nacional em preparação esportiva, formação de atletas e desenvolvimento técnico. Com uma estrutura avalizada pela FIFA, os CDs estão aptos a sediar torneios de futebol profissional e amador, capacitações de arbitragem, gestores, médicos e treinadores e eventos com crianças de iniciação à prática desportiva, entre outras possibilidades.

UFEsporte começa a tomar forma

O coordenador-geral do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), Fernando Mezzadri, foi eleito Presidente da Comissão de Implementação da Universidade Federal do Esporte (UFEsporte), em cerimônia realizada no dia 24 de setembro, em Brasília. A vice-presidência ficará a cargo do professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Israel Teoldo da Costa. A a UFEsporte nasce com o propósito de fortalecer a formação profissional, a investigação científica e o desenvolvimento do ecossistema esportivo nacional.

DIVULGAÇÃO



Fernando Mezzadri, coordenador-geral do IPIE

Formação acadêmica e profissional no esporte

A UFEsporte é uma iniciativa conjunta do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Esporte (MESP), criada para fortalecer a formação acadêmica e profissional na área e desenvolver o esporte no Brasil. Seu objetivo é formar profissionais altamente qualificados para atuar em gestão de políticas públicas, administração de entidades esportivas e treinamento técnico de atletas, abrangendo diversas modalidades e dimensões do esporte. Além disso, apoiar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o progresso do esporte no país.

Comissão irá elaborar o estatuto da instituição

Criada em 3 de julho de 2026, a UFEsporte tem como finalidade formar profissionais para a gestão de políticas públicas, administração de entidades esportivas e formadores especializados em treinamento de atletas. A comissão nomeada será responsável por elaborar o estatuto, o regimento geral, o projeto pedagógico institucional e a estrutura organizacional da universidade, além de definir os cursos que comporão a oferta inicial da instituição.

Desafios enormes

“Com o apoio do MEC, do MESP e dos membros da comissão, fui eleito presidente da comissão de implantação da UFEsporte em conjunto com o Professor Israel Teoldo vice-presidente. Agradeço a todas e todos pela confiança depositada. Assumo essa responsabilidade com a dedicação, a ética e a vontade de continuar servindo o esporte brasileiro”, diz Fernando.

Trabalho coletivo

“Os desafios são enormes para implantar e consolidar uma Universidade Pública no país, mas com o trabalho coletivo da comissão e da comunidade esportiva, tenho certeza que vamos contribuir na produção do conhecimento do esporte e na transformação social do país”, concluiu Fernando Mezzadri, Presidente da Comissão de Implementação da UFEsporte.

Indicação conjunta

“É uma honra receber a indicação conjunta do MEC e do MESP para integrar, ao lado do Presidente Prof. Fernando Mezzadri, a liderança da Comissão de Implantação da Universidade Federal do Esporte, como vice-presidente, contando com o apoio e a confiança dos demais membros da Comissão”, comentou Israel.

Responsabilidade

“Assumo essa responsabilidade com compromisso institucional e disposição para contribuir com a implantação e consolidação desse importante projeto para o esporte e a educação no Brasil”, enfatiza Israel Teoldo, Vice-Presidente da Comissão de Implementação da UFEsporte, que será um dos responsáveis por esse projeto nacional.

Campi em outros estados

Com sede em Brasília, e previsão de campi em outras unidades da federação, a instituição oferecerá cursos de graduação, programas de pós-graduação, cursos tecnológicos e modalidades semipresenciais, consolidando-se como referência nacional na área e um avanço histórico sem precedentes na gestão e formação desportiva no país.

Maracanã em cena

O Consórcio Maracanã negou o pedido do Vasco para disputar a semifinal da Sul-Americana, contra o Boca Juniors, no estádio. Diante da negativa, a deputada estadual Dani Monteiro, do PSOL, enviou um ofício ao consórcio questionando a motivação e pedindo tratamento isonômico para que o Cruzmaltino possa exercer seu direito de jogar no estádio do Governo do Estado.

RAFAEL RIBEIRO/ CBF



Bruno Guimarães fez o gol da virada do Brasil em seu 50º jogo pela Seleção

Em jogo sofrido, Seleção Brasileira vence a Austrália por 4 a 2

Vanderson, Raphinha, Bruno Guimarães e Vinicius Júnior fizeram os gols do Brasil

Em jogo sofrido, o Brasil derrotou a Austrália por 4 a 2 no segundo amistoso entre as seleções na Super Data FIFA. A vitória brasileira saiu dos pés de Vanderson, Raphinha, Bruno Guimarães e Vinicius Júnior. O próximo desafio do time de Carlo Ancelotti será contra a Índia, no dia 3 de outubro, às 11h (horário de Brasília), no estádio Vivekananda Yuba Bharati Krirangan, em Calcutá.

Tentando implementar um futebol ofensivo, com velocidade, a Seleção abriu o placar, mas tomou um susto com a virada australiana. Ainda assim, conseguiu equilibrar e propor o jogo que resultou na vitória por 4 a 2.

O técnico Carlo Ancelotti preparou o time para o segundo amistoso contra a Austrália com sete mudanças em relação ao primeiro jogo: saíram Hugo Souza, Matheuzinho, Marquinhos, Vitor Reis, Douglas Santos, Estêvão e Endrick para as entradas de Otávio, Vanderson, Jair Cunha, Gabriel Magalhães, Mauro Júnior, Gabriel Bontempo e Rayan.

O primeiro gol do jogo foi marcado em jogada iniciada por Vanderson, que acionou Danilo Santos para trocar passes com Rayan e Gabriel Bontempo dentro da área até a bola chegar novamente no

lateral do Mônaco, que chutou sem chances para o goleiro australiano: Brasil 1 a 0.

Mas, aos 27 minutos, a Austrália chegou ao empate com o zagueiro Circati após cobrança de escanteio. Aos 33, a virada australiana com Metcalfe num chute de fora da área.

Corrigindo os erros em campo, o Brasil voltou a propor o jogo em busca do empate, que veio aos 44 minutos. Dentro da área, Bruno Guimaraes lançou Danilo, que foi parado com falta do zagueiro Souttar. Após revisão do VAR, o árbitro japonês Yusuke Araki marcou pênalti. Raphinha cobrou e marcou para o Brasil: 2 a 2.

Para o segundo tempo, Carlos Ancelotti fez apenas uma modificação na equipe titular com a entrada de Endrick no lugar de Raphinha, substituído com desconforto na coxa direita.

E a virada da Seleção Brasileira veio na velocidade de ataque, os 23 do segundo tempo, com Bruno Guimarães. O quarto gol saiu, de pênalti, com Vinicius Jr, após o atacante do Real Madrid fazer um salseiro na área.

A Seleção Brasileira viaja na próxima quinta-feira (1º) para Calcutá, onde inicia a preparação para a partida contra a Índia.

Gente VIP

BARROS MIRANDA
barrosmiranda@correiodamanha.net.br

1ª Expo Rural de Maricá é sucesso

A 1ª Expo Rural de Maricá registrou, no sábado (26), 50 mil pessoas, que acompanharam de perto o show de Natanzinho Lima, além de curtirem o melhor do rodeio, exposição de animais, atividades do setor agropecuário e apresentações de artistas locais do projeto Pratas da Casa no Parque de Exposições, no Espiraído.

O evento, realizado pela Companhia de Turismo e Cultura de Maricá (MARÉ), contou com o encontro “Mulheres em Movimento”, que debateu o papel das mulheres no desenvolvimento econômico e social, com foco no empreendedorismo, na autonomia financeira e na valorização da atuação feminina em diferentes áreas.

Durante a programação da Expo Rural, a Prefeitura mantém um esquema especial de segurança, com atuação da Guarda Municipal e apoio da Polícia Militar. A autarquia de Serviços de Obras de Maricá também mantém equipes de plantão para limpeza e manutenção do espaço ao longo do evento.



BERNARDO GOMES

Natanzinho Lima animou os presentes no sábado, dia 26



BERNARDO GOMES

Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o show do cantor



ELSSON CAMPOS

Evento teve atividades para crianças também e aproximação com animais



BERNARDO GOMES

Muitas crianças foram assistir o show de Natanzinho



BERNARDO GOMES

Fã mirim subiu ao palco e falou com o artista

ELSSON CAMPOS



Exposição teve apresentação de produtores locais



Evento movimentou a cidade atraiu muitos turistas para Maricá

PAULO JOSÉ CUNHA

Jornalista, professor e escritor

Vote em quem quiser: não estará traindo ninguém

Um dos principais obstáculos à mudança na intenção de voto nos dias que antecedem uma eleição é o chamado “espírito de grupo”, ou seja, o receio do eleitor de sofrer rejeição ou discriminação caso assuma posição diversa da que seu grupo professa. Esses grupos existem na família, na igreja, no trabalho, na associação, na vizinhança, no boteco, na feira etc. E exercem um fortíssimo poder de coerção, capaz de inibir qualquer tentativa de mudança de posição de seus membros.

Justamente por isso, e também para evitar o poder inibitório dos que se consideram “donos” dos votos de seus subordinados, caracterizado pelo chamado “coronelismo”, é que existe o voto secreto. Mas a falta de consciência dos eleitores sobre a finalidade do voto secreto impede eventuais mudanças de posição. E até mesmo o livre exercício da liberdade individual para a qual o voto secreto foi criado.

As pesquisas sobre as chances dos candidatos à eleição que está chegando revelam um quadro quase cristalizado, com poucas movimentações nas intenções de votos, mesmo diante de denúncias sólidas e graves contra alguns

candidatos. A razão para esta “paralisia” está justamente no receio que o eleitor tem de sofrer algum tipo de rejeição ou retaliação caso divirja da posição totalitária do(s) grupo(s) a que pertence. Pois foi justamente por isso que surgiu o voto secreto, instrumento basilar da democracia. E olha que o segredo do voto não é de hoje. Lá na Grécia Antiga já havia votações secretas por meio de cédulas. Na Roma Antiga, igualmente. A legislação sobre o tema, consolidadas nas “Tabellariae Leges”, 140 anos antes de Cristo, já previa votações secretas para a eleição de magistrados e na aprovação de leis. Ainda assim, mais de 2.000 anos atrás, a aristocracia romana não se constrangia em influenciar as eleições por meio de subornos e ameaças. A Constituição Francesa de 1795 (Regime do Diretório) previa que: “Todas as eleições devem ser realizadas por escrutínio secreto”. O mesmo princípio foi mantido na Constituição Francesa de 1848. Ou seja: a preocupação com o segredo do voto não é de hoje. Em nada diferente da situação atual no Brasil e em boa parte do mundo. Por aqui, ainda persiste em grande número no chamado “Brasil profundo” o exercício do poder intimi-

dador e constrangedor dos “coronéis” rurais, que impõem aos subordinados o controle do voto deles. Em muitos casos, os instrumentos usados para burlar o voto secreto e garantir a eleição de seus protegidos chega a requintes de criatividade. No tempo do voto de papel, o eleitor recebia uma cédula previamente preenchida e, sem abrir, apenas lhe cabia depositá-la na urna. Gerou até velha piada: o eleitor pergunta ao preposto do coronel que acabou de lhe entregar a cédula preenchida e pronta para ser depositada na urna: “Posso abrir pra saber em quem estou votando?” E a resposta: “Que é isso, sujeito! Não sabe que o voto é secreto?!”

Com o advento da entrega da cédula em branco exclusivamente ao eleitor pelo mesário, o método de controle se sofisticou. O primeiro eleitor ia até a cabine, fingia que votava, trazia a cédula em branco que era preenchida pelo “coronel” ou seu preposto. Essa cédula previamente preenchida era levada à urna e o eleitor trazia a cédula em branco que havia recebido do mesário. Essa cédula era novamente preenchida e levada pelo eleitor seguinte à urna. E assim se garantia, através desse voto conhecido como “voto de cabresto” que todos os votos seriam dados aos candidatos da preferência do “coronel”. Mais recentemente, com a votação eletrônica, a Justiça Eleitoral proibiu o uso do celular na cabine

de votação. Justamente para evitar que os “coronéis” modernos ordenem aos seus subordinados que fotografem a tela da urna eletrônica com o registro de seu voto e lhes mostrem ao retornar da cabine de votação para, assim, manterem o controle sobre as escolhas.

Infelizmente até hoje não se viu qualquer campanha da Justiça Eleitoral enfatizando o livre exercício do voto secreto, com informações sobre a liberdade de consciência e os efeitos saudáveis do segredo da vontade individual a ser depositada na urna

Os próprios eleitores precisam se conscientizar de uma realidade muito simples. Nada impede que digam que vão votar, sim, no(s) candidatos(s) do grupo. E, na hora do voto, façam uma escolha livre e exclusivamente afinada com sua própria consciência. Não se trata de traição. Agindo assim, estarão apenas sendo fiéis às suas consciências, e não à vontade imposta pelo líder do grupo, seja ele o patrão, o pastor ou os colegas de trabalho ou de copo. Ao serem perguntados em quem votaram, podem dizer com a consciência muito tranquila que votaram, sim, nos candidatos apoiados pelo grupo. Embora tenham votado no(s) candidato(s) ditado(s) pelas suas consciências. Sem remorsos. Pois é exatamente para isso que serve e para que foi criado o voto secreto.

JOÃO FRANCISCO MEIRA

Fundador do instituto Vox Populi. Coordenador do Conselho de Opinião Pública da ABEP. Membro do Observatório Eleitoral da ABRAPEL - Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais

O olho cego e faca amolada de Kássio: a cortina de fumaça burocrática e o escândalo do autofinanciamento das pesquisas

A decisão do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de alterar abruptamente as regras de registro de pesquisas eleitorais (PesqEle) para o segundo turno vai gerar uma crise de previsibilidade no momento mais crucial do pleito. Mas isso é pior ainda do que parece: o cruzamento do esdrúxulo escopo “técnico” da portaria presidencial com o panorama financeiro do setor — revelado pelos próprios registro do PesqEle que S. Exa, se quisesse, poderia notar — revela que a medida atira no alvo errado.

Enquanto a norma foca em filigranas acadêmicas e asfixia a operação técnica dos institutos, ela ignora solenemente a verdadeira anomalia do mercado: uma injeção de dezenas de milhões de reais em “recursos próprios” por empresas sem representatividade institucional.

O VERDADEIRO ESCÂNDALO: R\$ 44 MILHÕES EM AUTOFINANCIAMENTO

Os dados do próprio TSE desenham o retrato de um mercado eleitoral distorcido por institutos de fachada. Até meados de setembro de 2026, foram registradas 1.727 pesquisas, movimentando um valor total superior a R\$ 97 milhões. O dado alarmante, no entanto, reside a origem destes fundos: 42% de todas as pesquisas registradas no país (726 levantamentos) declaram ser au-

tofinanciadas, consumindo sozinhas R\$ 44.303.653,90 em “recursos próprios”.

Do ponto de vista mercadológico e empresarial, este volume de autofinanciamento é irracional. Institutos de pesquisa são prestadores de serviço; não faz sentido econômico que injetem R\$ 44 milhões do próprio bolso para mapear cenários de candidatos que não os contrataram. Este “buraco negro” financeiro é o vetor central da desinformação, servindo frequentemente para esquentar levantamentos direcionados sem a necessidade de declarar o verdadeiro pagador.

Agravando o cenário, os dados provam que as empresas tradicionais são a franca minoria neste ecossistema: 83,1% das pesquisas (1.435 registros, equivalentes a R\$ 65,3 milhões) são realizadas por empresas não filiadas à ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). Apenas 16,9% do volume pertence a institutos sujeitos aos conselhos de autorregulamentação da classe.

A CORTINA DE FUMAÇA BUROCRÁTICA

Em vez de cruzar dados na Receita Federal para auditar a origem dos R\$ 44 milhões bancados por empresas que sequer possuem lastro institucional para justificar tal patrimônio, a atual gestão do TSE optou por

publicar o Ofício-Circular 213/2026. O documento foge do rastreamento financeiro e concentra-se em impor um microgerenciamento acadêmico impraticável a dias da eleição.

O novo questionário do PesqEle exige que os institutos informem componentes de cálculo utilizando as definições estrangeiras, como as padronizadas da associação norte-americana AAPOR (como as complexas fórmulas RR1 a RR6). Exige a decupagem de vieses comportamentais (“mode effects”, aquiescência, desejabilidade social), a listagem de todos os códigos IBGE dos municípios pesquisados e a explicitação minuciosa de modelos de ponderação baseados em censos ou PNAD.

O espírito da lei eleitoral é coibir fraudes e dar transparência ao eleitor; mas a hiper regulamentação de última hora pune exclusivamente os institutos sérios (os 58% que declaram seus contratantes). Institutos de fachada, que já maquiavam dezenas de milhões de reais como “recursos próprios”, não terão dificuldades em falsificar ou preencher burocraticamente fórmulas da AAPOR ou calibrações amostrais.

RISCO OPERACIONAL E A JUDICIALIZAÇÃO TÁTICA

Para os institutos legítimos, o TSE cria um campo minado de insegurança jurídica. A exigência de detalhamentos granulares post-factum (após a divulgação dos resultados), como o ajuste exato de perdas e taxas de resposta padronizadas, fornecerá um arsenal jurídico infinito para as campanhas.

Qualquer candidato que sofra uma queda nas intenções de voto poderá acionar seus advogados para impugnar

pesquisas de grandes institutos alegando pequenas discrepâncias no preenchimento de algoritmos de calibração ou na justificativa do “viés de exclusão digital”. O rigor formal servirá de base para a censura prévia, ameaçando gerar um apagão de dados quantitativos reais justamente no momento de cristalização do voto.

A REAÇÃO NECESSÁRIA: STF E MPE

Diante deste quadro de asfixia metodológica, onde a regra pune o pesquisador técnico e ignora o pagador oculto, as empresas sérias deveriam apelar para vias institucionais claras, buscando para conter a medida.

Acionamento do Supremo Tribunal Federal (STF): O ingresso de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) questionando o timing da medida. A implementação no dia 05 de outubro de 2026 fere o princípio da anterioridade eleitoral e a segurança jurídica. O STF pode suspender liminarmente os novos campos do PesqEle, argumentando que as exigências alteram o modelo de execução de contratos já em andamento a menos de 48 horas da eleição.

Provocação do Ministério Público Eleitoral (MPE): Instar o MPE a investigar a anomalia financeira apontada pela ABEP — os R\$ 44,3 milhões sem contratante declarado — enquanto emite parecer técnico de que a adoção das fórmulas RR1 a RR6 é tecnicamente inviável de ser adaptada retroativamente na última semana de campanha, desobrigando o setor de sua aplicação imediata.

Ainda há tempo de evitar mais esse golpe na eleições de 2026.



DIVULGAÇÃO/ABAV

A edição de 2026 da feira reúne mais de 2 mil marcas

ABAV Expo retorna a São Paulo com negócios e China em pauta

A 53ª ABAV Expo começa nesta quarta-feira (30), no Expo Center Norte, em São Paulo, com a expectativa de receber mais de 40 mil visitantes e reunir mais de 2 mil marcas até sexta-feira (2). De volta à capital paulista após sete anos, a feira aproxima agentes de viagens, destinos e fornecedores para negociar produtos e discutir tecnologia e sustentabilidade. A presidente da ABAV Nacional, Ana Carolina Medeiros, participa da abertura, que prevê as presenças do ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, e do presidente da Embratur, Bruno Reis. A China terá destaque na feira, com a participação prevista do embaixador Zhu Qingqiao. O Buyers Club receberá compradores internacionais, enquanto o ABAV Talks prevê mais de 50 atividades. Para os destinos brasileiros, o teste será transformar contatos em vendas e ampliar o espaço de regiões ainda pouco conhecidas no mercado.

Receita externa bate recorde em agosto

Os turistas internacionais gastaram US\$ 932 milhões em agosto, recorde para o mês, segundo dados do Banco Central divulgados pela Embratur. O ingresso de divisas chegou a US\$ 7,4 bilhões de janeiro a agosto. O resultado amplia o peso do visitante estrangeiro na economia nacional e na cadeia do turismo. O recorde, porém, não mostra como os ganhos se distribuem pelo território. Para converter receita em desenvolvimento, o setor precisa ampliar a permanência e levar negócios a destinos menos visitados.

DIVULGAÇÃO/MTUR



Turistas internacionais gastam cada vez mais no país

Turismo mantém nível elevado de visitantes

Após um ano de recordes em 2025, o turismo brasileiro manteve o fluxo internacional elevado: recebeu 6,45 milhões de turistas de janeiro a agosto, perto dos 6,52 milhões do mesmo período do ano passado. Só em agosto, foram 576,3 mil chegadas, ligeiramente acima de 2025. A expansão da receita nesse cenário amplia as oportunidades para hotéis, restaurantes e serviços turísticos. O desempenho dá ao setor uma base para investir em experiências que estimulem estadias mais longas e maior consumo nos destinos nacionais.

China cresce, Argentina ainda lidera

As chegadas da China somaram 113,2 mil entre janeiro e agosto, alta de 73,3% sobre 2025, segundo a Embratur. O ritmo chama atenção, mas parte de uma base pequena: a Argentina segue como principal origem, com 2,24 milhões de visitantes. Com a China em destaque na ABAV Expo, a expansão abre espaço para novas vendas, mas exige conectividade, serviços e roteiros capazes de atender a esse público no país.

Pequeno porte

Com a ABAV Expo começando nesta quarta, um levantamento da Travel Conference destaca o porte das agências: 89,4% dos CNPJs analisados no Cadastur são microempresas, incluindo MEIs. Em negócios com equipes enxutas, a IA pode poupar tempo na pesquisa, permitindo ao agente dedicar mais atenção à orientação e ao cliente.

Uso assistido

Em pesquisa global da Booking.com, 89% dos entrevistados querem usar IA para planejar futuras viagens. Já 12% se sentem confortáveis com decisões autônomas da IA em geral. Essa cautela abre espaço para agentes que usem a tecnologia como apoio, mantendo a revisão dos roteiros, a orientação na compra e o atendimento personalizado.

Compra segura

Em pesquisa da Expedia nos EUA, Reino Unido e Índia, 66% não confiariam uma compra ou reserva à IA. Para os agentes, é uma oportunidade de valorizar orientação e suporte ao cliente. A integração entre tecnologia e atendimento será debatida na Travel Conference, em 21 e 22 de novembro, no Wyndham Ibirapuera, em São Paulo.

Diversidade

A Embratur destacou o turismo LGBTQIA+ na 10ª Conferência Internacional da Diversidade, encerrada no dia 26, em São Paulo. Segundo estimativa apresentada pela agência, o segmento movimentou US\$ 357 bilhões no mundo em 2025. A estratégia brasileira prevê qualificação da oferta e promoção em mercados como EUA, Argentina e Espanha.

Vagas abertas

O Grupo Cataratas promove em 7 de outubro a 4ª Feira Primeiro Passo, com mais de 5 mil vagas em turismo, comércio e serviços. Gratuito, o evento será das 9h às 14h, na Praça Muhammad Ali, em frente ao AquaRio, no Rio. Haverá cursos e orientação profissional. Candidatos devem levar documento atualizado e currículo impresso e PDF.

Mercado Hermano

HotéisRIO e ABIH-RJ participaram da FIT América Latina, em Buenos Aires, representados por Alfredo Lopes. A missão teve reuniões com operadores e promoção de hotéis da capital e do interior. Os argentinos lideram as chegadas internacionais ao estado: foram mais de 562 mil entre janeiro e agosto, segundo dados das duas entidades.



DIVULGAÇÃO/CNC

Sampaio dirige o Cetur e apresenta a plataforma da CNC na ABAV Expo

CNC lança vitrine digital de destinos na ABAV Expo

Conexão Turismo reúne experiências e formação em 11 estados brasileiros

Por **Sérgio Nery**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lança nesta quarta-feira (30), no estande da entidade na ABAV Expo, em São Paulo, a plataforma digital do Conexão Turismo. O portal reúne destinos, experiências e ações de qualificação de 11 estados, com a proposta de aproximar a oferta local dos profissionais que vendem viagens.

Coordenado pelo Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), o programa articula Federações do Comércio, Sesc e Senac em políticas públicas, turismo social e educação profissional. O piloto abrange Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

“A plataforma amplia a visibilidade dos destinos e conecta experiências, comunidades e profissionais que fazem o turismo acontecer nos territórios. Lançá-la na ABAV Expo é uma oportunidade de apresentar essa diversidade ao trade e aproximar o mercado de novos destinos e possibilidades”, afirma Alexandre Sampaio, diretor da CNC responsável pelo Cetur, em declaração exclusiva à co-

luna.

O site agrega informações das três frentes do Sistema Comércio: as Federações apresentam oportunidades e ações institucionais; o Sesc, experiências culturais e de turismo social; e o Senac, conteúdos de formação profissional. A oferta inclui turismo comunitário, cultura indígena, gastronomia e natureza, além de atrativos como Pantanal, Bonito e Jalapão.

Na educação profissional, o balanço do programa registra 62 parcerias em nove estados e 82 ações nos 11 territórios. São resultados anteriores ao lançamento do portal, que passa a dar visibilidade ao trabalho desenvolvido nas regiões.

Para agentes e operadoras, reunir esse conteúdo facilita a descoberta de experiências que podem integrar novos roteiros. A conexão entre promoção e qualificação também favorece a preparação de quem recebe o visitante. Ao levar a iniciativa à feira, a CNC busca aproximar comunidades e fornecedores dos canais de distribuição, uma oportunidade de ampliar a presença desses destinos nas vendas do setor. Para fornecedores locais, essa exposição pode abrir portas além do mercado regional.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Advocacia pede que bets arquem com gastos ligados à ludopatia

AGU cobra de bets gastos do SUS com vício em plataformas de jogos

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou na Justiça para cobrar de 17 plataformas de apostas esportivas os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com o tratamento de problemas relacionados ao vício em jogos on-line. A ação civil pública foi protocolada na Justiça Federal em Pernambuco e pede reparação mínima de R\$ 1 bilhão por danos morais coletivos. A AGU também solicita a devolução em dobro dos valores apostados por pessoas com ludopatia, caracterizada pelo comportamento compulsivo em jogos. Segundo o órgão, os gastos públicos com os tratamentos superam os valores arrecadados pelo governo com impostos pagos pelas bets, que repassariam aproximadamente R\$ 50 milhões aos cofres públicos. A AGU sustenta ainda que o modelo das plataformas favorece maior tempo de permanência dos usuários e aumento do volume de apostas.

Google recorre contra exigências da UE

O Google recorreu à Justiça contra exigências da União Europeia para abrir o Android a serviços concorrentes de inteligência artificial. A Comissão Europeia determinou que rivais tenham acesso a recursos dos aparelhos em condições semelhantes às do Gemini. A empresa também contesta a obrigação de compartilhar dados de buscas com outros mecanismos e chatbots de IA. Os recursos foram apresentados ao Tribunal Geral da UE. O Google questiona os critérios adotados pelo bloco e o alcance das medidas impostas.

DIVULGAÇÃO



Google contesta medidas da União Europeia que afetam o Android

Filha cobra R\$ 872 mil de Renato Aragão na Justiça

A disputa judicial entre Renato Aragão e a filha Juliana Aragão terá audiência em 26 de outubro, na 43ª Vara Cível do Rio. Juliana cobra R\$ 872,5 mil e afirma que emprestou R\$ 950 mil ao pai em 2018, com recursos de uma herança materna. Renato nega a dívida. Moradora de Santa Catarina, Juliana pediu à Justiça para participar da audiência de forma virtual, alegando que o deslocamento dela e dos advogados geraria despesas elevadas. O processo tramita na Justiça há quase oito anos e ainda aguarda uma definição sobre a cobrança.

STJ muda regras para custas judiciais

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou novos critérios para cobrança de custas judiciais, válidos a partir de 1º de janeiro de 2027. Recursos e ações com conteúdo econômico terão cobrança proporcional ao valor da causa. No recurso especial, a taxa será de 2%, com mínimo de R\$ 1.325,45 e máximo de R\$ 107.332,80. A resolução mantém a gratuidade da Justiça e as isenções previstas em lei.

Nova Cartilha Trabalho I

A Justiça do Trabalho lançou, nesta segunda (28), a cartilha Saúde Mental no Trabalho, desenvolvida pelo TST. A publicação orientou sobre a prevenção de riscos psicossociais e apresenta pontos que trata da identificação e do gerenciamento desses riscos. O material reúne medidas para promover ambientes saudáveis no trabalho.

Nova Cartilha Trabalho II

A cartilha Saúde Mental no Trabalho tratou sinais ligados ao sofrimento no trabalho, como as jornadas prolongadas, isolamento, falta de reconhecimento e dificuldades nas relações. O conteúdo explica o burnout, associado ao estresse, e destaca o direito à desconexão, com respeito a intervalos, folgas e às férias. A campanha teve apoio da UnB.

Dívidas Trabalhistas I

A 1ª Turma do TST decidiu, por maioria, que o iFood deve responder subsidiariamente por dívidas trabalhistas de um motoboy contratado por uma empresa de logística parceira. Para o colegiado, quando a plataforma contrata uma empresa para realizar as entregas, a relação configura terceirização de serviços.

Dívidas Trabalhistas II

O caso envolve um entregador que trabalhou para a SIS Moto Entregas, em Belém, sem carteira assinada. O TST considerou que o contrato entre as empresas previa a realização das entregas do iFood por meio de motociclistas. A decisão, porém, não encerra a discussão: outra Turma do Tribunal já adotou entendimento diferente sobre o tema.

Exclusão de Imagens I

O Ministério Público Eleitoral pediu ao TRE-RJ a retirada de um vídeo, nas redes sociais, de campanha do candidato ao Senado Marcos Dias (Podemos), que usa fotos de integrantes das Mães de Manguinhos e de outras mães de vítimas da violência estatal sem autorização dos mesmos. A ação solicita urgência na remoção do material.

Exclusão de Imagens II

Segundo o MP Eleitoral, o vídeo reúne 14 imagens inadequadas e pode induzir o eleitorado a interpretar que as mulheres apoiam o candidato em questão. A Procuradoria também pediu multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento e a preservação dos registros de exibição no Instagram, incluindo visualizações e impulsionamento.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Levantamento também identificou redes sociais em 14,5% dos casos

Uso de WhatsApp lidera ações trabalhistas sobre assédio eleitoral

Pesquisa do TST analisa processos e aponta uso de mensagens nas empresas

Da Redação

O WhatsApp foi citado como meio utilizado para assédio eleitoral em 37% dos processos analisados em pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Redes sociais aparecem em outros 14,5% dos casos.

O levantamento faz parte da pesquisa “Assédio eleitoral nas relações de trabalho: diagnóstico empírico dos processos judiciais e das práticas institucionais na Justiça do Trabalho”. Na etapa qualitativa, foram examinados 138 processos ajuizados até dezembro de 2025, selecionados a partir de uma amostra representativa do país.

Além do WhatsApp e das redes sociais, os processos mencionam outros aplicativos de mensagens, plataformas de comunicação corporativa e sistemas utilizados pelas próprias empresas. As ações registram alegações relacionadas a manifestações verbais, documentos e comunicados, mobilizações obrigatórias e ameaças ou oferta de vantagens econômicas vinculadas à escolha política.

A pesquisa também analisou as provas apresentadas à Justiça. Entre elas estão mensagens digitais, gravações de

áudio, depoimentos de testemunhas, documentos, atas notariais, confissões e materiais obtidos em investigações de outros órgãos. Nos casos em que o assédio não foi reconhecido, a fragilidade das provas foi o principal motivo em aproximadamente um terço das decisões examinadas.

Uma segunda etapa do estudo analisou 688 processos ajuizados até junho de 2026. Desse total, 32,1% tinham dois ou mais réus. Os casos envolvem empresas, sócios, administradores e gestores, além de situações de terceirização em que empregador e tomador de serviços aparecem na mesma ação.

Entre os autores das ações examinadas na etapa qualitativa, 88% eram pessoas físicas. Desse grupo, 57% eram homens e 43%, mulheres. O Ministério Público do Trabalho (MPT) respondeu por 12% das ações, principalmente em casos de alcance coletivo.

Entre maio de 2023 e setembro de 2026, a Justiça do Trabalho contabilizou 823 processos cadastrados com o assunto “assédio eleitoral”. Somente em 2026, foram registrados 189. O TST ressalta que o cadastro nessa categoria não significa que a prática tenha sido reconhecida pela Justiça em todos os casos.

Prefeitura do Rio inaugura no Camorim novo modelo de Clínica da Família

Unidade Hesio Cordeiro traz projeto térmico sustentável e atendimento para 28 mil pessoas

Da Redação

A Prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou, neste sábado (26), a Clínica da Família Hesio de Albuquerque Cordeiro, localizada na Estrada do Camorim, na Zona Sudoeste da cidade. A entrega marca a estreia da primeira unidade concebida sob o novo padrão arquitetônico e assistencial da rede municipal de saúde.

O equipamento público dispõe de sete equipes completas de Saúde da Família e tem capacidade para prestar atendimento preventivo e especializado a cerca de 28 mil moradores do bairro e do entorno, ampliando de forma expressiva o acesso da população à Atenção Primária.

ATENDIMENTO AMPLO À POPULAÇÃO

Durante o evento de inauguração, o prefeito Eduardo Cavaliere destacou a importância da estrutura física e a variedade de serviços disponibilizados na nova instalação:

“A unidade do Camorim é praticamente um Super Centro de Saúde, com uma grande estrutura, equipamentos, farmácia abastecida, médicos, ultrassom, raio X, especialidades e saúde bucal. É uma unidade preparada para garantir à população o direito de ter atendi-



Unidade combina ampliação do atendimento, conforto térmico e modernização dos espaços

mento de qualidade, acompanhamento e profissionais de saúde perto de casa. É apenas a primeira de mais seis clínicas desse novo modelo que vamos inaugurar na cidade”.

Registrada como a 138ª Clínica da Família do município — em um conjunto gerido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que alcança 243 unidades de Atenção Primária —, a nova instalação do Camorim possui oito consultórios médicos e seis salas dedicadas a procedimentos específicos.

A cartela de serviços inclui programas de vacinação, atendimento em saúde bucal, salas de curativos, consultas de enfermagem, acompanhamento pré-natal, exames de ultrassonografia e radiografia, além de farmácia para dispensação de medicamentos.

O complexo abrange ainda um auditório com capacidade para 40 pessoas e um polo do Programa Academia Carioca, voltado à prática guiada de atividades físicas.

A equipe de atendimento é formada por mais de 70 profissionais, sendo 40 agentes comunitários de saúde, sete médicos, além de enfermeiros, técnicos e pessoal de apoio.

LOCAL É EQUIPADO CONTRA O CALOR

O secretário municipal de Saúde, Rodrigo Prado, ressaltou que a inovação arquitetônica responde diretamente às transformações climáticas e aos episódios de calor ex-

tremo observados na cidade: “Esse novo modelo de clínica da família foi pensado para atender o panorama atual, inclusive as demandas que surgiram em razão das mudanças climáticas e das necessidades de enfrentarmos os efeitos do calor extremo, dando mais conforto tanto para os usuários quanto para os profissionais”.

O edifício possui pé-direito elevado, climatização integral e brises externos que filtram a radiação solar direta.

A nova unidade homenageia o médico, professor e pesquisador Hesio de Albuquerque Cordeiro, uma das figuras históricas mais proeminentes da Reforma Sanitária Brasileira. Graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e fundador do seu Instituto de Medicina Social, Hesio presidiu o antigo Inamps e atuou diretamente na formulação teórica e prática do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um entusiasta pioneiro do Programa Saúde da Família.

Moradores da região comemoraram a entrega do equipamento, destacando a importância de contar com acompanhamento médico contínuo, exames e diversas especialidades perto de suas residências.

Sensei da Vila Olímpica é pódio nos Jogos Sul-Americanos

Da Redação

O professor de caratê Filipe Medeiros, da Vila Olímpica do Mato Alto, na Praça Seca, conquistou a medalha de bronze nos Jogos Sul-Americanos de Santa Fé, na Argentina. A vitória do sensei contribuiu para o desempenho histórico do Brasil na competição continental, que liderou o quadro geral de medalhas com 312 pódios.

A trajetória do atleta no projeto municipal começou ainda na infância como aluno, tornando-se educador há mais de dez anos no equipamento gerenciado pela Prefeitura do Rio.

Para alcançar o terceiro lugar na categoria até 84kg, o carateca enfrentou uma campanha desafiadora na Argentina. Ele venceu os represen-

tantes do Paraguai e do Peru, empatou com o atleta do Chile e sofreu um revés para o competidor da casa.

Na decisão da medalha de bronze, levou a melhor sobre o venezuelano Edgar Martinez no critério de desempate da arbitragem, após a luta terminar igualada em 1 a 1. O resultado reafirma a importância social dos investimentos da Secretaria Municipal de Esportes nas áreas públicas.

O secretário de Esportes, Bruno Ramos, celebrou Filipe.

“O Filipe é um verdadeiro exemplo para os nossos alunos da Vila Olímpica do Mato Alto. Ele começou lá como atleta, virou professor e ver a dedicação dele coroada com uma medalha internacional de bronze nos Jogos Sul-Americanos, demonstra a impor-

tância do investimento no esporte. É um orgulho imenso”, afirma.

Agora, o sensei volta suas atenções para o ciclo de classificação visando aos Jogos Pan-Americanos de Lima 2027. Como o caratê não integra o programa dos Jogos Olímpicos, os torneios continentais representam o topo da modalidade para os atletas profissionais.

Filipe buscará a vaga pan-americana por meio das etapas classificatórias continentais. A conquista internacional coroa anos de dedicação ao ensino das artes marciais e à formação de novos talentos na Zona Oeste e Jacarepaguá. A vitória do treinador reforça o papel transformador das vilas olímpicas na cidadania e esporte de alto rendimento.



Filipe Medeiros conquistou medalha de bronze na categoria

DIVULGAÇÃO / JONATHAN DA ROCHA



Equipes da prefeitura estão intensificando a atuação no município

Operação Tapa-Buracos age em Nova Iguaçu depois das chuvas

Depois de um setembro marcado por chuvas frequentes, a Prefeitura de Nova Iguaçu intensificou a operação tapa-buraco nas principais vias da cidade. Na segunda (28), as equipes da Subsecretaria da Cidade, ligada à Secretaria Municipal de Governo, aproveitaram o tempo firme e um dia de sol para recuperar trechos do pavimento danificados pelo excesso de chuva e pelo intenso fluxo de veículos. Foram registrados mais de 300 milímetros de chuva na cidade em cerca de 20 dias. As condições climáticas reduziram a capacidade operacional das equipes durante boa parte do mês, já que a aplicação da massa asfáltica exige que o local esteja seco. O serviço realizado durante a chuva ou sobre o solo molhado pode comprometer a qualidade da recuperação. Com a melhora do tempo, a operação foi ampliada e equipes trabalham simultaneamente em diferentes regiões do município.

Mês “fora da curva” deteriorou o asfalto

“Setembro foi um mês fora da curva, pois choveu praticamente quase todos os dias, e isso reduziu bastante a nossa capacidade operacional. Eu não posso colocar asfalto com solo molhado, chovendo, mas estamos aproveitando todas as janelas de tempo firme”, disse o subsecretário da Cidade, Rodrigo Gatto. Entre os pontos atendidos estão a Rua Estados Unidos, a Via Light, trechos de Austin e o entorno do Centro de Miguel Couto. Os locais foram mapeados de acordo com o desgaste provocado pelas chuvas consecutivas e pelo fluxo de veículos.



Mês de setembro teve atuação climática considerada “fora da curva”

Combinação de fatores aumenta desgaste

As fortes chuvas, junto ao tráfego, intensificam o desgaste das ruas. “As nossas vias principais têm um fluxo muito intenso. Junto com esse volume de chuva que tivemos em setembro, isso acabou acelerando a deterioração do pavimento. Então, hoje, estamos com essa operação para recuperar esses trechos. Em períodos sem chuva, a operação trabalha, em média, com cerca de 100 toneladas de massa asfáltica por semana, distribuídas de acordo com os pontos que apresentam maior necessidade de intervenção”, contou Gatto.

Recuperação de trechos comprometidos

O serviço realizado pelo município busca recuperar os trechos mais comprometidos e restabelecer boas condições de circulação. Além das chuvas e do desgaste provocado pelo trânsito, outros fatores também podem contribuir para o surgimento de buracos, como intervenções em redes de água e manilhas, vazamentos e serviços realizados nas vias. Os vazamentos também influenciam no desgaste. Por isso, a prefeitura buscou parcerias.

Águas do Rio

A Prefeitura de Nova Iguaçu mantém tratativas com a Águas do Rio para a recomposição do pavimento após intervenções realizadas pela concessionária nas redes de abastecimento de água. Segundo o subsecretário, os locais onde foram executados serviços estão sendo mapeados e acompanhados pelo município, que cobra agilidade na recuperação das áreas afetadas.

Operação especial

Operação especial está prevista para a Rua Bernardino de Melo, onde houve grande número de intervenções da concessionária. No local, a previsão é realizar recuperação mais ampla, com a retirada do pavimento antigo e a execução de uma nova pavimentação. Com a redução das chuvas, as equipes da Prefeitura buscam avançar na recuperação dos trechos.

Nova Aurora

A prefeita de Belford Roxo, Mariana Canella, inaugurou a Vila Olímpica de Nova Aurora. O complexo esportivo tem academia municipal climatizada, área de lazer com parquinho para as crianças, campo de grama sintética, quadra de areia, pista de caminhada e ciclovia, banheiros, quadras poliesportivas e área de convivência.

Vilas Olímpicas

Esta é a terceira Vila Olímpica do município. As outras duas são na Piam e no Lote XV. A cidade conta ainda com uma grande área de lazer no bairro Jardim Gláucia, na localidade conhecida como Três Pontes, no limite com São João de Meriti. Durante o evento, a prefeita destacou que a Vila Olímpica é uma conquista para a população, que poderá praticar esportes.

Espaço de cuidado

“Cuidar é disponibilizar para a cidade uma grande obra como esta, que tem quadra, pista de caminhada e uma grande estrutura para que as pessoas possam ter seus momentos de lazer completo. O espaço foi construído com muito cuidado para os moradores de Nova Aurora e bairros adjacentes. Estou muito feliz”, concluiu Mariana Canella.

Volta olímpica

A prefeita estava acompanhada de secretários e contou com o público presente para inaugurar a vila olímpica, dando uma volta com uma rápida corrida na pista.

“Nova Aurora ganha um espaço esportivo muito bom e que será importante para os moradores”, completou o secretário de Esporte e Lazer, Rodolfo Carvalho.



Novo modelo reúne bistrô e gelateria em uma mesma operação em Caxias

Conceito gastronômico parisiense chega a Duque de Caxias

Boulangerie Carioca e Cuor di Crema inauguram a era dos bistrôs na Baixada

Da Redação

O conceito dos bistrôs parisienses e a tradição dos legítimos gelatos italianos se encontram em um novo endereço na Baixada Fluminense. A localidade ganha uma loja collab da Boulangerie Carioca, bistrô inspirado no estilo francês, e da Cuor di Crema, gelateria artesanal inspirada no método italiano, em Duque de Caxias, no Outlet Premium. A proposta combina os dois conceitos gastronômicos em uma experiência única, assim amplia o portfólio de opções para diferentes momentos do dia.

Esse movimento acompanha a expansão do setor de alimentação. No segundo trimestre, o segmento de Alimentação e Food Service avançou 13,7%, enquanto o mercado de franquias brasileiro registrou crescimento nominal de 9,3%, movimentando R\$ 76,3 bilhões no período, segundo dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

O cenário de expansão também abre espaço para novos formatos de operação, como o modelo híbrido. A Boulangerie Carioca e Cuor di Crema fazem parte da Antaris Foods Brands Franchising, holding fundada por Antônio

Augusto Ribeiro de Souza, empresário atuante há 30 anos no ramo de food service nacional.

Segundo Souza, a chegada da operação híbrida a Duque de Caxias acompanha tanto o potencial da região quanto as novas oportunidades que surgem no mercado de alimentação.

– A união da Boulangerie Carioca com a Cuor di Crema em um mesmo espaço representa uma evolução do nosso modelo de negócio. Estamos combinando dois conceitos que têm forte identidade e que, juntos, conseguem atender a diferentes momentos de consumo. A chegada a Duque de Caxias reforça nossa estratégia de expansão e nos permite levar essa proposta para um novo público – afirma o executivo.

Com a nova operação, a Boulangerie Carioca chega à quarta unidade no estado do Rio de Janeiro e soma 10 lojas no país. Já para a Cuor di Crema, a unidade representa a estreia da marca no mercado fluminense. A expansão faz parte da estratégia de crescimento das duas marcas, que têm novas operações previstas para diferentes localidades, como mais unidades na capital paulista, ainda neste ano de 2026.



Tributo é aplicado desde junho deste ano na cidade

TCE julga ação contra Taxa de Turismo de Angra nesta quarta

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) julga nesta quarta-feira (30) a representação aberta pelo deputado estadual Marcelo Dino (PL) sobre a cobrança da Taxa de Turismo Sustentável (TTS), que impõe pagamento ao visitante da parte continental do município de Angra dos Reis e da Ilha Grande, na Costa Verde. O tributo é aplicado desde meados deste ano e já teria causado queda considerável nas reservas de hotéis e pousadas, além de prejuízos à comerciantes locais. Na segunda-feira (28), o parlamentar voltou a fiscalizar a Ilha Grande e constatou itens danificados no cais, falta de reparo no deque, além de praia imprópria para o banho. “Já passaram meses da cobrança da taxa e sequer demandas anteriores foram resolvidas. A pessoa sai da barca ao chegar a Ilha Grande e pega chuva por conta dos furos do telhado aqui no cais. O mar está poluído e piso quebrado há tempos”, constatou Dino.

Centro de Paraty ficará sem estacionamento

A partir da próxima segunda-feira, dia 04, a Prefeitura de Paraty vai dar início a readequação de tráfego e a proibição de estacionamento de veículos em trechos específicos do Centro Histórico e adjacências. A intervenção dá cumprimento estrito à sentença judicial proferida pela 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, no âmbito da Ação Civil Pública nº 5001392-50.2021.4.02.5111/RJ, movida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Ministério Público Federal (MPF).



Determinação foi em vista de remoção de vegetação

Nova dinâmica e vagas removidas

A circulação de veículos de moradores, serviços essenciais e as operações de carga e descarga para o comércio continuam autorizadas, mantendo a dinâmica de abastecimento da cidade. A determinação abrange a remoção de vagas de estacionamento nas seguintes vias e logradouros: Rua Aurora, Largo de Santa Rita, Rua Dr. Pereira, Cais de Turismo, Terra Nova, Largo da Capelinha e Rua Josephina Costa. A medida decorre de autos lavrados em 2018 e 2019.

Multa diária de R\$ 5 mil

A decisão ainda determinou a retirada de placas de rotativo, recuperação do calçamento original e a proteção de Áreas de Preservação Permanente (APP) de manguezal, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento. O Subprocurador-Geral do Município, David Diniz, pontua a linha cronológica e a postura técnica da gestão municipal sobre o caso.

Caso vem de 2018

“Na verdade, esse problema não surgiu agora. Ele vem lá de 2018-2019, quando o IPHAN entendeu que o município suprimiu vegetação e implantou vagas de estacionamento em desacordo com determinação legal. No ano de 2021, o IPHAN propôs uma ação civil pública em que o município figura como réu”, afirmou o subprocurador.

Retirada imediata

Ele afirm aque seguiu a marcha processual, foram apresentadas as devidas defesas, foram apresentados os laudos técnicos, até se chegar a uma sentença em 2026. Essa sentença determinou que o município imediatamente retire essas vagas de estacionamento na região da Terra Nova, do Foro, na Rua Fresca e adjacências.

Plano de ação

“Uma decisão que não tem efeito suspensivo, ou seja, ela deve ser cumprida imediatamente pelo município sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 5 mil. Nos autos do processo, o município apresentou um plano de ação que contempla os moradores, os comerciantes da região e traça ali o plano de mobilidade do município”, disse.

Nova mobilidade

De forma integrada à adequação judicial, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano conclui no próximo mês a apresentação do primeiro Plano de Mobilidade Urbana de Paraty. O projeto estabelece as bases para um anel viário periférico, bolsões de estacionamento regulares nas bordas da área tombada e áreas de transbordo organizadas.

Adequações

A estratégia contempla critérios definidos para acessibilidade de pessoas com deficiência (PcD) e idosos, além de logística de apoio aos turistas que utilizam o Cais de Turismo. A adequação cumpre as diretrizes da Portaria IPHAN nº 402/2012 e reforça os parâmetros de preservação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico.

Zoinho e Garotinho

As vésperas das eleições, o candidato a deputado federal, Zoinho, ao lado do candidato a Governador do Estado do Rio, Garotinho, vão fazer uma caravana política pelo Sul Fluminense nesta quarta-feira (30). Eles vão percorrer por Volta Redonda (09h), Barra Mansa (11h), Porto Real (13h30), Quatis (14h30), Itatiaia (15h) e Resende (15h30).



Pastor Michel foi até o Tribunal Reginal Eleitoral para pedir orientações

Vereador de Vassouras faz denúncia ao TRE após atrito

Pastor Michel pontua que houve ilegalidade após fala de Leo Miranda

Por **Ana Luiza Rossi**

A confusão que envolveu dois vereadores da Câmara Municipal de Vassouras ganhou novos desdobramentos nesta segunda-feira, dia 30. O vereador Pastor Michel (PL) foi até o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) apresentar uma denúncia sobre os acontecimentos que envolveram o vereador Leo Miranda (PL) após uma troca de farpas em uma audiência pública de prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

- Viemos aqui buscar algumas orientações sobre uma possível ilegalidade que aconteceu durante a prestação de contas na última sexta-feira. Não podíamos nos calar diante do fato ocorrido e nós estamos entrando com uma denúncia no TRE para que seja apurado. Se houve crime eleitoral, quem cometeu, que pague - afirmou Michel.

Ele ainda ainda frisou que a TV Câmara, por ser um veículo de comunicação institucional mantido com recursos públicos, não deve ser utilizada como palanque político ou instrumento de promoção eleitoral.

ENTENDA O CASO

Os vereadores de Vassouras, ambos do PL, entraram em conflito em uma audiência

pública da SMS para apresentação da prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026. Após o vereador Pastor Michel citar a necessidade de adquirir recursos para investir em novos projetos na cidade, o vereador Leo lembrou que faltava poucos dias para as eleições - que ocorrem neste domingo (04) - e que aquele momento seria a oportunidade de Vassouras eleger um candidato da cidade.

Durante sua fala, ele se referindo ao ex-prefeito Severino Dias, que está candidato a deputado federal. De acordo com Leo, o objetivo seria ter alguém da própria cidade para ‘acabar com esse negócio de ficar pedindo favores’.

No entanto, a declaração foi rebatida pelo Pastor Michel, que afirmou que não se tratava de momento para fazer palanque político. “Nós fizemos diversas colocações e a população vassourense não é boba. Parte da dificuldade que a cidade passa é por conta do ex-prefeito”, disse. Leo, por sua vez, declarou para o Pastor que ‘participou deste governo e cuspiu no prato que comeu’.

O momento foi presenciado pela equipe da secretaria e também pelo vereador Bruno Sales (PSD), que tentou amenizar a situação.

Religião volta ao debate nacional e intolerância ainda é um tabu a ser combatido

DIVULGAÇÃO

Destruição de imagem de Santa Dulce dos Pobres e questão eleitoral sobre Nossa Senhora fazem tema voltar às rodas de conversas

Da Redação

O que acontece quando a religião deixa de ser apenas uma questão de fé e passa a ocupar as rodas de conversa, as redes sociais e o debate político? Às vésperas das eleições, o tema volta a ganhar espaço e episódios recentes envolvendo símbolos religiosos recolocam uma questão incômoda no centro da discussão: o Brasil consegue, de fato, conviver com a diversidade de crenças existente em seu território?

O assunto ganhou força nos últimos dias depois que uma imagem de Santa Dulce dos Pobres, primeira brasileira canonizada pela Igreja Católica, foi destruída dentro da Igreja Matriz da Paróquia Jesus Cristo Ressuscitado, em Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Segundo a paróquia, uma pessoa entrou no templo no dia 22 de setembro, retirou a imagem de um altar lateral e a levou para outro espaço da igreja, onde a peça foi quebrada. Até o momento, a identidade e a motivação da pessoa não foram divulgadas.

O episódio, por si só, provoca uma série de questionamentos. Quando um símbolo religioso é atacado, o que está sendo atingido: um objeto, uma comunidade ou a própria liberdade de profes-

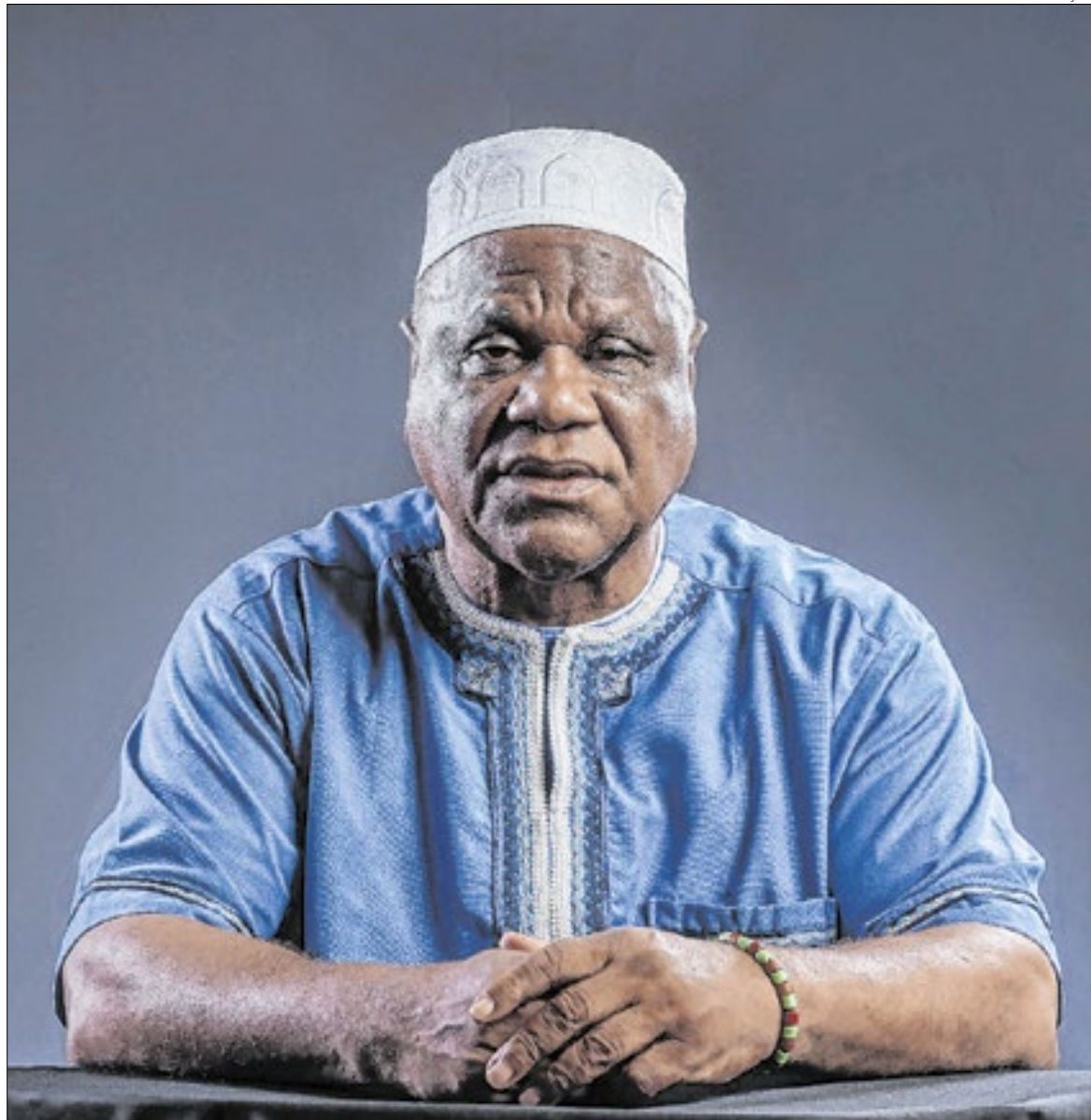
sar uma fé? E até que ponto a intolerância religiosa, em suas diferentes manifestações, revela uma dificuldade da sociedade brasileira em respeitar aquilo em que o outro acredita?

É nesse contexto que a trajetória do professor, ativista dos direitos humanos e babalawô Ivanir dos Santos ganha relevância. Há décadas, ele atua na defesa da liberdade religiosa e na discussão sobre o respeito às diferentes tradições de fé, especialmente diante dos episódios de intolerância que atingem religiões de matriz africana.

Para Ivanir, a questão não deveria se limitar à defesa de uma religião específica. Se uma imagem católica pode ser destruída, um terreiro pode ser atacado ou uma tradição religiosa pode ser alvo de preconceito, que tipo de Estado e de sociedade está sendo construído?

A intolerância religiosa, porém, não se resume necessariamente a ataques físicos. Ela também pode aparecer no discurso, na tentativa de desqualificar a crença alheia, na perseguição a comunidades religiosas ou na transformação da fé em instrumento de disputa e hostilidade.

Em um país constitucionalmente laico, outra pergunta se impõe: o que significa, na prática, respeitar o Estado



Candidato a deputado federal, babalawô Ivanir dos Santos defende a instituição do Estado Laico em sua plataforma de campanha

laico? Significa retirar a religião da vida pública ou garantir que diferentes crenças possam ocupar esse espaço sem que uma delas se imponha sobre as demais?

Às vésperas de uma elei-

ção, quando discursos e convicções tendem a ganhar ainda mais intensidade, a discussão parece inevitável. Até onde vai a liberdade de expressão quando ela atinge a liberdade religiosa de outra pessoa? Qual é o limite entre a manifestação de uma opinião e a intolerância? E qual deve ser o papel do poder público diante desses episódios?

Na visão de Ivanir dos Santos — sacerdote, professor, babalawô, ativista dos direitos humanos e há anos envol-

vido no combate à intolerância religiosa —, a discussão é maior do que a defesa de um determinado credo. Trata-se do direito de cada brasileiro de acreditar, cultivar e expressar sua fé sem transformar o outro em inimigo.

A questão que permanece, portanto, é simples — e talvez justamente por isso tão difícil de responder: em um país marcado pela diversidade de crenças, ainda precisamos aprender a respeitar a fé do outro?

Igualdade racial entra em consulta pública para definir novas políticas de Estado

Até 16 de outubro, sociedade poderá apresentar sugestões para aperfeiçoar o enfrentamento ao racismo estrutural

Da Redação

O governo federal abriu, em 14 de setembro, uma consulta pública para a construção do 2º Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir). Até 16 de outubro, a sociedade pode-

rá apresentar sugestões para aperfeiçoar os objetivos estratégicos que deverão orientar políticas de enfrentamento ao racismo estrutural, redução das desigualdades, reparação histórica e garantia de direitos. As contribuições podem ser encaminhadas pela plata-

forma Brasil Participativo.

Elaborado a partir das discussões da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2025, o novo Planapir está estruturado em 16 eixos e reúne temas como trabalho, educação, saúde, justiça, segurança pública, comunidades quilombolas, povos de terreiro e de matriz africana, mulheres e juventude negras, racismo ambiental, comunicação e fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção

da Igualdade Racial (Sinapir).

A proposta busca transformar diretrizes em ações concretas, acompanhadas de metas, indicadores, responsabilidades institucionais e mecanismos de monitoramento. A elaboração do plano ocorre também no contexto da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 973, conhecida como ADPF das Vidas Negras, que reconheceu a existência do racismo estrutural e estabeleceu parâmetros para uma resposta estatal planejada e articulada.

Para o babalawô, professor e ativista dos direitos humanos Ivanir dos Santos, a consulta pública representa uma oportunidade para ampliar a participação da sociedade na definição de políticas destinadas ao enfrentamento de desigualdades históricas.

“O Brasil avançou na promoção da igualdade racial e importantes conquistas foram alcançadas. Mas ainda há muito a avançar. A construção do 2º Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial é uma oportunidade para transformar conquistas em novas políticas públicas e garantir que a igualdade racial seja, cada vez mais, uma realidade para todos”, afirma.

Por **Pedro Sobreiro**

Quanto tempo leva para fazer história? Para Sandro Dias, o Mineirinho, foram oito segundos de descida e mais de dez anos de preparação. Agora, o público pode conhecer tudo o que aconteceu antes do drop: já está disponível no Globoplay e na Red Bull TV o documentário “Sandro Dias e a Maior Rampa de Skate do Mundo”, que acompanha a jornada do skatista até o Red Bull Building Drop. Uma produção Red Bull Media House, em parceria com a PlayAction.

Na ação, Sandro desceu 70 metros pela fachada do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), na capital gaúcha, e estabeleceu dois recordes mundiais, de altura e de velocidade, cravando 103,8 km/h em cima do skate. O filme parte desse momento para contar o que foi preciso para chegar até ele.

– Rever toda a história é muito doido, porque quando a gente está envolvido fazendo a parada não tem noção do que é. São as imagens, os perrengues, os testes pela primeira vez. O filme como um todo me trouxe muita emoção – conta Sandro.

SONHO DE ANOS

E a história começa bem antes da rampa existir. A fachada curva do CAFF era vista havia anos como a rampa perfeita pelos skatistas de Porto Alegre, uma lenda urbana que nunca tinha saído do imaginário da cidade. O documentário mostra como essa ideia virou projeto, com engenharia, cálculo de segurança e um time multidisciplinar resolvendo, no papel e na prática, problemas que ninguém tinha enfrentado antes.

Na tela, aparecem os coletes de mais de 40 kg usados para reproduzir a Força G, as sessões em alta velocidade para treinar o impacto no airbag de absorção, o skate montado e testado peça por peça, já que não existia um modelo pronto para o desafio, e cada drop em altura menor até a descida dos 70 metros.

– O mais difícil foi encarar cada teste pela primeira vez. Eu tinha os números do estudo na mão, de velocidade, de Força G, de impacto, e desde o início quis me preparar para o dobro do que o estudo dizia. Quando eu batia a meta era uma felicidade, mas não era satisfação, porque eu precisava estar muito mais preparado do que aquilo. Cheguei a andar de skate a 136 km/h atrás do carro, era muita tensão – lembra o atleta.

Documentário “Sandro Dias e a Maior Rampa de Skate do Mundo” chega ao Brasil

Filme revela os bastidores do desafio “Red Bull Building Drop”, um ano depois do feito em Porto Alegre

VICTOR ELEUTÉRIO COSTA/ RED BULL CONTENT POOL



Sandro Dias durante a premiere do documentário “Sandro Dias e a Maior Rampa de Skate do Mundo”, em Porto Alegre

Sandro Dias, o Mineirinho, desceu a fachada do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), na capital gaúcha, quebrando recordes mundiais

“Rever toda a história é muito doido, porque quando a gente está envolvido fazendo a parada não tem noção do que é. São as imagens, os perrengues, os testes pela primeira vez. O filme como um todo me trouxe muita emoção”

IMPACTO PARA O ATLETA

O filme também entra na cabeça do atleta. Sandro fala sobre o peso de encarar uma ideia tratada por anos como impossível, sobre o medo que veio junto e sobre a decisão de seguir em frente mesmo assim, em um registro bem próximo do que passou pela cabeça dele antes de cada descida.

– Já tive outras oportunidades de fazer um documentário, um livro, um filme so-

bre a minha vida, mas nunca achei que estivesse preparado. Dessa vez eu estava. Ando de skate há 41 anos e isso não é aposentadoria, não é hora de parar, ainda quero fazer muita coisa. É um momento legal de mostrar um pouco da minha carreira e desse projeto maravilhoso que a gente realizou – afirma.

O documentário já está disponível no catálogo do Globoplay e da Red Bull TV.

Sandro Dias
Skatista